



IRINÉIA MARIA
FRANCO DOS SANTOS
(Org.)

IGREJA SUBVERSIVA?

*Agentes e movimentos católicos
na Ditadura Militar, Golpe e luta
de classes no Brasil*

 **Edufal**

IGREJA SUBVERSIVA?

*Agentes e movimentos católicos
na Ditadura Militar, Golpe e luta
de classes no Brasil*



FAPEAL
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DE ALAGOAS

**Esta obra foi produzida com recursos
da FAPEAL - Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de Alagoas.**



PPGH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA - UFAL

LHiER
LABORATÓRIO DE HISTÓRIA
E ESTUDO DAS RELIGIÕES

IRINÉIA MARIA FRANCO DOS SANTOS (Org.)

IGREJA SUBVERSIVA?

*Agentes e movimentos católicos
na Ditadura Militar, Golpe e luta
de classes no Brasil*

 **Edufal**

MACEIÓ, 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

Eraldo de Souza Ferraz

Conselho Editorial

Eraldo de Souza Ferraz - *Presidente*

Fernanda Lins de Lima - *Secretária*

Alex Souza Oliveira

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Cristiane Cyrino Estevão

Elias André da Silva

Fellipe Ernesto Barros

José Ivamilson Silva Barbalho

José Márcio de Moraes Oliveira

Juliana Roberta Theodoro de Lima

Júlio Cezar Gaudêncio da Silva

Mário Jorge Jucá

Muller Ribeiro Andrade

Rafael André de Barros

Tobias Maia de Albuquerque Mariz

Walter Matias Lima

Núcleo de Conteúdo Editorial

Coordenação

Fernanda Lins de Lima

Registros e catalogação

Roselito Oliveira dos Santos

Projeto gráfico e diagramação

Roger Ferraz

Revisão de Língua Portuguesa e normalização (ABNT)

Lídia Ramires

Conselho Científico

César Picón

Cátedra Latino-Americana e Caribenha (UNAE)

Gian Carlo de Melo Silva

Universidade Federal de Alagoas (Ufal)

José Ignacio Cruz Orozco

Universidade de Valência - Espanha

Juan Manuel Fernández Soria

Universidade de Valência - Espanha

Junot Cornélio Matos

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Nanci Helena Rebouças Franco

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Patricia Delgado Granados

Universidade de Servilha-Espanha

Paulo Manuel Teixeira Marinho

Universidade do Porto - Portugal

Wilfredo Garcia Felipe

Universidad Nacional de Educación (UNAE)

Catálogo na fonte

Editora da Universidade Federal de Alagoas - Edufal

Núcleo de Conteúdo Editorial

Bibliotecária Responsável: Roselito de Oliveira Santos – CRB-4 – 1633

I24 Igreja subversiva? Agentes e movimentos católicos na ditadura militar, golpe
luta de classes no Brasil / Irinéia Maria Franco dos Santos (Org.). —
Maceió : Edufal, 2024.
456 p. : 22 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5624-290-3 E-book

1. História do Brasil. 2. Ditadura militar. 3. Igreja católica I. Santos,
Irinéia Maria Franco dos, org.

CDU: 94(81)

Direitos desta edição reservados à Edufal -

Editora da Universidade Federal de Alagoas

Av. Lourival Melo Mota, s/n

Campus A. C. Simões

Centro de Interesse Comunitário - CIC

Cidade Universitária, Maceió/AL

CEP: 57072-970

Contatos: www.edufal.com.br

contato@edufal.com.br

(82) 3214-1111/1113

Editora afiliada



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH/UFAL)

Coordenação

Irinéia Maria Franco dos Santos

Vice-Coordenação

Arrizete Cleide de Lemos Costa

Comissão Editorial (PPGH/UFAL)

Ana Cláudia Aymoré Martins

Anderson Diego da Silva Almeida

Elias Ferreira Veras

Marcelo Góes Tavares

Corpo Docente

Ana Cláudia Aymoré

Ana Paula Silva Santana

Anderson da Silva Almeida

Anderson Diego da Silva Almeida

Andréa Giordanna Araújo da Silva

Antônio Alves Bezerra

Arrizete Cleide de Lemos Costa

Aruã Silva de Lima

Danilo Luiz Marques

Elias Ferreira Veras

Flávia Maria de Carvalho

Gian Carlo de Melo Silva

Irinéia Maria Franco dos Santos

Jailton de Souza Lira

Lídia Baumgarten

Luana Teixeira

Marcelo Góes Tavares

Michelle Reis de Macedo

Pedro Abelardo de Santana

Pedro Lima Vasconcellos

Raquel de Fátima Parmegiani

Willian Soares Lucindo

Técnica Administrativa

Luciana Alves Pimentel

*Às famílias dos mortos e desaparecidos políticos
que ainda hoje lutam por justiça, memória e reparação.*

Para Paula Palamartchuk, com saudades.

*Me chamarão subversivo.
E lhes direi: eu o sou.
Por meu Povo em luta, vivo.
Com meu Povo em marcha, vou.
Tenho fé de guerrilheiro
e amor de revolução.
E entre Evangelho e canção
sofro e digo o que quero.
Pedro Casaldáliga,
Colhendo arroz em Santa Terezinha*

SUMÁRIO

- 11** **Longe dos anjos, quase demônios: Irinéia Santos e uma historiografia subversiva!**
Prefácio por Anderson da Silva Almeida
- 19** **Apresentação**
por Irinéia Maria Franco dos Santos
- 30** **Uma aproximação às perspectivas ideológicas e políticas do clero brasileiro, nas décadas de 1960 a 1980**
Ythalo do Amaral Medeiros Lisboa
- 58** **Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta entre a democracia e a Ditadura**
Mathews Nunes Mathias
Paulo César Gomes
- 92** **“Se a TFP fosse subversiva, nazi-fascista, perturbadora da ordem...”: o integrismo católico na mira do SNI (1975)**
Gizele Zanotto
- 123** **A superação da catequese: Igreja, missões e indigenismo católico no Brasil**
Diego Omar da Silveira

- 174** **Uma Igreja em transformação: a Arquidiocese de Maceió no pré-Golpe Militar (1954-1964)**
Sérgio Ricardo Coutinho
- 209** **O Movimento de Educação de Base e o Golpe Civil-Militar de 1964: a experiência dos Sindicatos rurais em Alagoas**
Wellington da Silva Medeiros
- 256** **“Padres agitadores em Alagoas”: o inquérito policial-militar do padre Luiz de Oliveira Santos (1964-1969)**
Irinéia Maria Franco dos Santos
- 322** **“Deus também se fez classe”: clero e operários na paróquia São José de Fernão Velho (Maceió-AL, 1947-1975)**
Irinéia Maria Franco dos Santos
- 371** **Humberto Cavalcanti: um sacerdote católico investigado pelo SNI na implantação da Ditadura Civil-Militar (Alagoas, 1964-1979)**
Séfora Junqueira dos Santos
- 423** **Ser freira em Alagoas durante a Ditadura Civil-Militar: o caso das Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio de Pádua (1966-1980)**
Derllânio Telecio da Silva
- 455** **Sobre os autores**



LONGE DOS ANJOS, QUASE
DEMÔNIOS: IRINÉIA SANTOS
E UMA HISTORIOGRAFIA
SUBVERSIVA!

Prefácio por Anderson da Silva Almeida



O Golpe de 1964 faz 60 anos. Em meu pequeno acervo de fontes sobre a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) guardo um exemplar da *Revista Manchete* cuja imagem de capa traz o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, no dia da posse, em trajes civis, recebendo a faixa presidencial (Revista Manchete, 1964, capa). Na reportagem especial, sob o título “Brasília: a posse de Castelo Branco”, tem-se uma sequência de fotojornalismo, com imagens em diversos tamanhos que chamam a atenção até das pessoas mais distraídas, haja vista que o formato da antiga revista era no padrão ampliado, numa espécie de folha A3 atualmente. O destaque para as fotografias era a principal característica da *Manchete* que compensava, com as cenas registradas, a falta de profundidade analítica dos textos na maioria das reportagens.

Nas páginas internas, há registros das autoridades que foram prestigiar a posse. Além dos políticos, militares e embaixadores – entre eles o dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, e o da antiga União Soviética, Andrei Fomin –, aparecem em destaque, o sorridente monsenhor Armando Lombardi, referenciado na legenda como Núncio Apostólico, que “cumprimentou o presidente em nome de Sua Santidade, o Papa” e, na página seguinte, Dom José Newton, arcebispo de Brasília, que fora apresentar suas congratulações ao empossado (Revista Manchete, 1964, p. 12-13). É óbvio que a revista, como *aparatto* privado de hegemonia (Gramsci, 2007) e um produto comercial, tinha como objetivo enfatizar para seus leitores a cerimônia que celebrava a vitória do que chamou de “revolução” e passar a ideia de legalidade e de legitimidade do Golpe, com as presenças de governadores, embaixadores e autoridades eclesiásticas naquele ato, ocorrido em 15 de abril de 1964.

Curiosamente, na mesma edição, a *Manchete* se deslocou para o Nordeste, apresentando outras comemorações, outros personagens, outros Brasis. Refiro-me à reportagem de Fernando Cascudo sobre a chegada de Dom Hélder Câmara no Aeroporto de Recife, saudado por

cerca de 20 mil pessoas, “entre elas, o General Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, e o Almirante Dias Fernandes, comandante da base naval de Recife” (Revista Manchete, 1964, p. 35), para assumir o posto de arcebispo de Recife e Olinda. No texto de Cascudo, afirma-se que oito emissoras de rádio e duas de TV foram cobrir o evento e retransmitiram o discurso de Dom Hélder que, entre outras coisas, disse que estava “disposto a conviver com criaturas tidas como indignas e pecadoras, como envolventes e perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, reformistas ou anti-reformistas, pois a ninguém deve excluir do diálogo fraterno” (Revista Manchete, 1964, p. 35, grafia do original).

Pois bem. A meu ver, é isso que a experiente, competente, consagrada, inquieta e afetuosa historiadora Irinéia Maria Franco dos Santos apresenta nessa coletânea: historiadores, historiadoras e suas criaturas, dignas e pecadoras, envolventes e perigosas, das esquerdas e das direitas, num “diálogo fraterno”, como desejaria Dom Hélder. Percebam que não se fala “ou” isso, “ou” aquilo, mas sim a ambivalência que traz as duas possibilidades em um só corpo, em uma só organizadora, em uma só obra. O “e” mencionado por Dom Hélder nas duas primeiras adjetivações – [e] que aqui tomo emprestado –, indica muito bem que temos aqui uma obra historiográfica aberta, arredia a proselitismos, atenta a “vozes dissonantes” (Zanotto, 2019) de um “mundo católico” que se revela múltiplo em sua suposta unidade. Que não confundamos dissonância com desafinação. Em música, a dissonância prepara os ouvidos para o que vem depois, de maneira que o efeito seguinte seja agradável aos ouvintes: a consonância.

O que as leitoras e leitores têm em mãos e/ou na tela é mais que uma obra sobre apoios, adesões, espionagens, resistências, perseguições, sofrimentos e redensões que não dizem respeito, apenas, a uma instituição religiosa durante a ditadura vivida como tempos som-



brios, para alguns, e dourados, para outros. Há dias cinzentos que trazem complexidade analítica, questionam paradigmas e mexem com as certezas daqueles e daquelas que veem o mundo religioso separado do político, que apartam a mente do corpo e a carne do espírito. Seria um equívoco se nas novas pesquisas sobre a ditadura e a Igreja Católica tivéssemos trabalhos alheios às tensões e disputas que marcam a sociedade e enxergassem apenas, de forma binária, apoiadores e resistentes, vítimas e algozes, torturadores e torturados. O que temos a seguir são acordes de vários sons, numa harmonia policromática, com variações de timbres, ritmos e andamentos.

Sem abandonar a perspectiva que predomina no título – a luta de classes – Irinéia subverte o próprio paradigma porque é historiadora de ofício e vive atenta às renovações impulsionadas pela dialética do materialismo histórico, a movimentar, sem dogmas, sem verdades absolutas, a questionar as certezas inquestionáveis, reconhecendo vazios e zonas intocáveis por aquele arcabouço teórico-metodológico. Nesse sentido - o da subversão -, destacamos, nessa coletânea, as pesquisas sobre trajetórias, a redução do campo de observação e de escala, o diálogo entre as dimensões da história cultural, da história política, da história social, e das religiões, como também temáticas como ditadura, democracia, direitos humanos, lutas operárias, lutas camponesas, anticomunismo, conservadorismo, direitas, esquerdas... e o respeito às escolhas conceituais sobre o que seria a “natureza” e/ou o “caráter” do golpe e da ditadura.

Tudo isso contribui para que tenhamos, como resultado, textos inovadores alicerçados em metodologias sofisticadas que envolvem desde a pesquisa tradicional em acervos documentais de fontes diretas e indiretas; a pesquisa em periódicos (jornais, revistas), como também um diálogo com a metodologia da antropologia das instituições, por exemplo.

Aparecem nessa obra jovens e experientes pesquisadoras e pesquisadores, sob a batuta de Irinéia Santos, que rege as vozes dissonantes, na formação de um coro que vai muito além do canto gregoriano monótono, repetitivo, contemplativo e disciplinador. A maestrina vem, já alguns anos, libertando da clausura os documentos praticamente desconhecidos do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM) e realiza cruzamentos sistemáticos para não cometer o pecado de ser dominada pela fonte. Não é à toa que a própria organizadora aparece na coletânea com dois textos de sua autoria. Quem conhece Irinéia no cotidiano sabe muito bem de sua capacidade de trabalho e de sua busca pela afinação perfeita em tudo que faz, sem a necessidade - ainda bem - de cometer castrações¹ epistemológicas daquelas e daqueles que a cercam.

Sobre outro aspecto, o da amplitude, temos investigadoras e investigadores não apenas de Alagoas, mas também que atuam em outras regiões do País enfrentando temáticas ricas pela diversidade, pelas perspectivas historiográficas distintas e pelas inúmeras fontes mobilizadas. Se não há limitação geográfica e de perspectiva, renova-se a historiografia não apenas sobre a Igreja Católica no Brasil republicano, mas, sobretudo, a historiografia sobre o pré-Golpe; sobre a tomada do poder nos primeiros quinze dias de abril; e sobre o início efetivo da ditadura com a posse de Castelo Branco (Fico, 2014).

Não é à toa que o vocabulário vai se diversificando capítulo a capítulo, texto a texto, entre signos, significados e significantes que

¹ Faço aqui uma referência aos *Castrati*, meninos religiosos que eram castrados para melhorar a performance vocal em alguns países da Europa, principalmente na Itália, a partir do século XVI, cuja prática se espalhou para outros continentes. Ver: ANDERS, Sérgio. O legado *castrati*: um breve estudo sobre a castração de garotos na Itália e sua contribuição para a história da música. In: *Opus*, v. 28, p. 1-15, 2022. <http://dx.doi.org/10.20504/opus2022.28.02>. Acesso em: 29 jun. 2024.



incorporam paisagens sonoras arrebatadoras. Vejamos, como exemplo, algumas expressões que aparecem ao longo das partituras: “Política e ação social” (Ythalo Lisboa); “Golpe e melancolia/Ostracismo e consentimento” (Paulo César Gomes e Mathews Matias); “Anticomunismo e Nazi-fascismo” (Gizele Zanotto); “Catequese, missão e indigenismo/ Missa da Terra Sem Males/ Pai Nosso dos Mártires” (Diogo Silveira); “Responsabilidade em face da História/ Movimento por um Mundo Melhor” (Sérgio Coutinho); “O tabuleiro político/ Dez mandamentos das Ligas Camponesas...” (Wellington Medeiros); “Padres agitadores/ Católicos e Comunistas” (Irinéia Santos); “Um sacerdote investigado/ Excardinação e incardinação” (Séfora Junqueira); e “Freiras holandesas/ Ataque a uma cooperativa agrícola/ Incitação à luta armada (Derllânio Telício).

Mas antes de chegar até as expressões citadas, percebam que a pergunta que dá título ao livro, “Igreja subversiva”? é uma boa provocação para seguirmos na leitura de uma obra que já nos prende pela enigmática imagem de capa, cuja presença de Dom Adelmo Machado na recepção a Castelo Branco em Alagoas, em 1966, reforça o conjunto de imagens de dois anos antes que citei no parágrafo inicial. Não é coincidência que as fotografias tenham sido “descobertas” no acervo do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), e que a digitalização e publicização dos milhares de documentos, tem possibilitado uma verdadeira revolução nos estudos historiográficos para além dos grandes centros econômicos, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Brasília, não apenas sobre o período da ditadura, mas também das demais temporalidades. E por que destaco Dom Adelmo Machado para concluir esse prelúdio?

Sem dúvida, a aparição desse personagem que apoiou o golpe e, ao mesmo tempo intercedeu na defesa de “padres subversivos”, levam-nos a não cairmos na armadilha binária, como também a co-



nheceremos personagens que certamente não teriam destaque na *Revista Manchete*, a exemplo dos padres Luiz Santos, Antonio Henrique Pereira Neto, Manoel Henrique e Salomão Almeida de Barros Lima e as freiras holandesas, Irmãs Clementina Wouters, Odiliana Smits, Patrícia Berkhout, Redempta e Johannes.

Pelos argumentos expostos acima, é inquestionável o perfil subversivo da coletânea organizada por Irinéia Santos, que nos apresenta cantoras, cantores, textos e algumas personagens que passam longe dos anjos. Já outros, poderíamos dizer que são ...quase demônios. Um exagero meu, evidentemente, para chamar sua atenção. Não acreditem em tudo que escrevi aqui. Eu posso estar mentindo. Talvez o demônio seja eu, que a partir de agora também sou integrante desse canto coral. Antes que você descubra meu disfarce vamos à conclusão dessa *overture*.

Vejamos bem. Passados 60 anos do golpe de 1964, já estava mais que na hora de reconhecermos uma historiografia nacional que parte de outros Brasis para além daqueles apresentados nas manchetes das grandes revistas. Que as 20 mil pessoas, as oito emissoras de rádio e as duas emissoras de TV que foram recepcionar Dom Hélder Câmara no Aeroporto de Recife em 1964 fiquem bem atentas. A manchete agora é outra: “Irinéia Santos e uma historiografia subversiva”. Confiram!

Itabaiana, Sergipe

Maceió, Alagoas

29 de junho de 2024. Dia de São Pedro!

REFERÊNCIAS

ANDERS, Sérgio. O legado *castrati*: um breve estudo sobre a castração de garotos na Itália e sua contribuição para a história da música. **Opus**, v. 28, p. 1-15, 2022. <http://dx.doi.org/10.20504/opus2022.28.02>. Disponível em: <file:///C:/Users/Anderson/Downloads/855-4316-2-PB.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2024.

CASCUDO, Fernando. D. Hélder em Recife. In: **Revista Manchete**, 25 abr. 1964, p. 35.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

REVISTA Manchete. Rio de Janeiro: Bloch Editores. n. 627. 25 de abril de 1964.

ZANOTTO, Gizele. Vozes dissonantes no catolicismo em tempos de ditadura (1964-1985) in GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia. **Igrejas e ditaduras no mundo lusófono**. Lisboa: ICS, 2019.



APRESENTAÇÃO

por Irinéia Maria Franco dos Santos



Em 2020, em meados de março quando a pandemia de Covid-19 havia sido declarada no Brasil, recebi uma mensagem do professor e amigo Sérgio Coutinho perguntando se eu tinha notícias de uma assistente social de nome Maria Lúcia², presa pelos militares em Alagoas, acusada de subversão e com vínculos com a Arquidiocese de Maceió. Comentou que encontrou um dossiê sobre ela e informações sobre a Arquidiocese no *site* do Arquivo Nacional, no fundo do SNI (Serviço Nacional de Informações). Fui verificar a documentação indicada e para minha surpresa havia outras menções à Arquidiocese de Maceió, a sacerdotes, religiosos/as, bispos e leigos/as em diferentes dossiês e, comunicações elaboradas e transmitidas entre as agências de vigilância do Recife e de Maceió para a Central, no Rio de Janeiro. Essa documentação, inédita para nós que, até então, nos debruçávamos nas fontes do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM), gerou grande interesse entre os estudantes e pesquisadores do Laboratório de História e Estudo das Religiões (LHiER-Ufal) e ficamos profundamente gratos ao professor Sérgio por nos alertar sobre ela.

De tal modo que um pré-projeto foi elaborado, ainda em 2020, com a participação inicial da então bacharelanda em História, Séfora Junqueira. Como as atividades de ensino e pesquisa estavam sendo realizadas somente no formato remoto, nos anos seguintes, coletamos os documentos do SNI e selecionamos uma bibliografia especializada.

Em 2022, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) abriu um edital de fomento para pesquisas na área de

2 Maria Lúcia de Souza era assistente social. No seu prontuário do SNI, informe nº 343 de 22 de abril de 1983, da Agência Recife para a Agência Central, encontram-se informações que acompanham sua trajetória entre 1967-1981. “Em 1968 foi acusada de atividades subversivas no interior do estado de ALAGOAS. Em 1969 foi condenada pela 7ª CJM à pena de 03 anos e 09 meses de detenção, por infração à LEI DE SEGURANÇA NACIONAL. Encontrava-se foragida.” Disponível em Sistema de Informação do Arquivo Nacional: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_83004599_d0001de0002

Humanidades e fomos contemplados com recursos para a produção de uma obra coletânea, a partir do projeto “*Agentes e movimentos católicos alagoanos nos arquivos do Serviço Nacional de Informação (1964-1979)*”³. Após a retomada presencial das atividades, fizemos uma chamada mais ampla para participação de discentes da graduação, da pós-graduação e de egressos do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-Ufal). A equipe contou ainda com a participação importantíssima de docentes que contribuíram em nossas reuniões de estudo da bibliografia especializada, debatendo a historiografia sobre o Golpe Militar e a Ditadura (Civil-Militar ou Empresarial-Militar)⁴ de 1964; também sobre a historiografia da Igreja Católica, no Brasil e em Alagoas. Participaram de nossas reuniões os professores Sérgio Coutinho, Anderson da Silva Almeida e Fernando de Medeiros Mesquita, momento muito rico de trocas e para a formação discente. Posteriormente, contribuíram com o projeto, encaminhando capítulos para a composição final da obra, a professora Gizele Zanotto, os professores Diego Omar da Silveira, Wellington Medeiros, Paulo César Gomes e Matheus Nunes Mathias.

Esse esforço de debate e produção científica coletiva foi concretizado no livro que agora apresentamos ao público, intitulado “*Igreja subversiva*”? *Agentes e movimentos católicos na Ditadura Militar, Golpe e luta de classes no Brasil*. Os textos trazidos foram organizados em uma perspectiva histórico-crítica, que observa os processos históricos mais gerais em relação às experiências particulares e locais (individuais e

3 Edital Fapeal n° 02/2022 – Auxílio à Pesquisa Humanidades – n° do processo: APQ2022031000006.

4 Optamos por deixar, no título da obra, a nomeação “tradicional” do período histórico como Ditadura Militar, enquanto os capítulos seguem as abordagens eleitas por suas autoras e autores, a partir das historiografias que reivindicam os termos Civil-Militar ou Empresarial-Militar.



coletivas), em diferentes regiões do Brasil. Observadas em seu conjunto, as análises e narrativas expressam um debate coeso e especializado sobre a historiografia das relações entre a Igreja Católica Romana e a Ditadura Militar, mas também as discussões dos contextos político, econômico, social e cultural do país, na segunda metade do século XX. Especialmente, atualiza a historiografia sobre a Igreja Católica em Alagoas, ao identificar sujeitos, trazer novas informações e esboçar hipóteses sobre acontecimentos “esquecidos” e/ou “silenciados” na memória social e na produção acadêmica. Metodologicamente, as abordagens trabalhadas pelas autoras e autores são diversas e se alinham às tendências da história cultural, história política, história social e história das religiões.

Nesse sentido, abrimos a coletânea com o capítulo do historiador em formação *Ythalo Amaral*, em um ensaio de aproximação às perspectivas ideológicas e políticas do clero brasileiro, nas décadas de 1960 a 1980. A proposta do autor busca trazer elementos para reflexão sobre como as diferentes tendências políticas do Clero reverberaram em suas atuações sociais. São observadas tanto as mudanças históricas internas à instituição religiosa católica, quanto aquelas do contexto político, social e econômico.

Em seguida, os historiadores *Paulo César Gomes e Matheus Nunes Mathias* analisam a trajetória do cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, com uma proposição exemplar para a historiografia das relações entre Igreja Católica e Ditadura, ao criticarem a dicotomia progressistas *versus* conservadores e tratarem das “zonas cinzentas”, ocupadas, segundo eles, “por vários membros do clero católico ao longo da Ditadura”. Este instigante capítulo dialoga de modo particular com o texto posterior produzido pela professora *Gizele Zanotto*, importante especialista nos estudos sobre a TFP (Tradição, Família e Propriedade) no Brasil. No capítulo, Zanotto analisa uma rica do-

cumentação do SNI a respeito deste movimento integrista católico e como os discursos produzidos pelos analistas militares aproximavam-se ideologicamente dos valores defendidos pela TFP.

A observação histórica das diferentes tendências religiosas e políticas presentes na Igreja Católica, se desdobram no capítulo do professor *Diego Omar da Silveira*, que traz uma análise fundamental sobre a atuação da Igreja junto aos povos originários, explicitando as relações entre missões e indigenismo, articulando os embates, disputas e novas perspectivas que foram se firmando entre os religiosos e religiosas do CIMI (Comissão Indigenista Missionária) e as lutas do movimento indígena. Os interesses de exploração econômica na Amazônia foram e continuam sendo centrais para a compreensão do extermínio dos povos indígenas e das lutas de resistência travadas no passado e no presente. Além disso, o texto contribui para dar visibilidade ao protagonismo indígena e sua memória.

Já o capítulo do professor *Sérgio Ricardo Coutinho* contextualiza e propõe uma narrativa sobre o processo histórico da Igreja particular de Alagoas, na década imediatamente anterior ao Golpe militar de 1964, a partir da leitura crítica do Livro de tomo 15 da Arquidiocese. Este texto é estratégico na obra, por sintetizar aspectos das mudanças religiosas, especialmente sobre a recepção do Concílio Vaticano II e as políticas pastorais propostas por Dom Adelmo Machado. Ao mesmo tempo prepara os/as leitores/as para os capítulos seguintes, que formam um subconjunto na coletânea, focado na experiência alagoana.

Antes de apresentá-los, faz-se necessários alguns comentários pontuais. Os resultados obtidos com a pesquisa possibilitaram o conhecimento de parte da história político-religiosa de Alagoas, ainda

desconhecida ou pouco conhecida, sem uma produção historiográfica⁵ sistemática sobre ela, contando apenas com alguns registros advindos do *Projeto Memórias Reveladas* (articulado pelo Arquivo Nacional e o Arquivo Público de Alagoas - APA), que foi uma das atividades fomentadas pela Comissão da Verdade, criada em 2011 e instaurada em 2012, durante o governo de Dilma Rousseff. Sujeitos/as que durante a Ditadura Militar, especialmente, militantes políticos e dos movimentos sociais, trabalhadores/as, religiosos/as, estudantes, advogados, jornalistas etc, que foram perseguidos ou processados durante o regime autoritário, tiveram suas memórias coletadas em entrevistas, em eventos públicos organizados pela Comissão Estadual da Verdade em Alagoas. Aqui, é importante mencionar a participação do padre Manoel Henrique de Melo Santana, falecido em 2022, como um dos depoentes e participantes ativos na articulação dessa Comissão.

No entanto, para além dessas informações – ainda não disponíveis ao público em geral –, e, contando com os registros da antiga DEOPSE-AL (Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica) presentes no APA, e de outros poucos documentos no arquivo da Arquidiocese de Maceió, praticamente não havia informações mais detalhadas sobre a participação e presença de religiosos católicos, entre eles sacerdotes, durante a resistência à Ditadura ou, até mesmo, a colaboração e a adesão de alguns outros. Foi, como mencionado, somente

⁵ A historiografia especificamente sobre o golpe militar em Alagoas e o período da Ditadura, ou seja, focada na História política, tem crescido consideravelmente nas últimas décadas, contando com uma produção importante de professores/as e pesquisadores/as da Ufal e da Uneal. Muitas dissertações e teses de doutorado foram defendidas. Para acompanhar a discussão ver: da Costa, R. J. (2017). Por uma História do Golpe Civil e Militar em Alagoas. *Revista Crítica Histórica*, 5 (10). <https://doi.org/10.28998/rchvl5n10.2014.0003> Em 2024, na efeméride dos 60 anos do Golpe Militar, os professores Anderson da Silva Almeida (Ufal) e Marcelo Tavares Góes (Uneal) organizaram uma coletânea, em dois volumes, intitulada *Pacto de Silêncio. O Golpe de 1964, a Ditadura e a transição em Alagoas*, Volume 1: Poder, Resistências e Metamorfoses, Volume 2: Cultura, Narrativas e Trajetórias, publicada pela EdUNEAL.



com o acesso à documentação do Sistema Nacional de Informações (SNI), que pudemos conhecer como se deu a vigilância dos agentes do SNI ao clero católico em Alagoas.

Os resultados trazidos à tona, a partir da leitura crítica dessas fontes em articulação com outras, ajudam a caracterizar como se dava o processo de vigilância e perseguição; como os militares estavam presentes nas reuniões públicas da Igreja, mas também em atividades restritas, o que configurava as práticas de espionagem. Os relatórios da espionagem trazem narrativas densas, classificações e avaliações da atuação e do perfil político e ideológico de padres, bispos, missionários estrangeiros e religiosas, que atuavam no Estado. Geralmente, com percepções atravessadas de anticomunismo e incorretas sobre as motivações ideológicas desses/as sujeitos/as. No entanto, tais relatórios são ricos de detalhes que ajudam a entender como se davam as relações de tensão entre a Igreja e o Regime Militar, especialmente, a relação entre os arcebispos e os militares, de aproximações e distanciamentos em diferentes momentos, entre as décadas de 1960 e 1980.

Não havia uma historiografia sistematizada a respeito dos padres que foram indiciados pela Ditadura Militar, especialmente, o Padre Luiz de Oliveira Santos, processado no AI-1, junto com dezenas de outros alagoanos, funcionários públicos e políticos, e inocentado somente em 1969. Também a vigilância sobre os sacerdotes Salomão de Almeida Barros Lima, Humberto Cavalcanti, Teófanos Barros e Hildebrando Veríssimo era desconhecida e esclarece o perfil do clero perseguido: foram aqueles padres que atuaram diretamente com as questões sociais e agrárias nos sindicatos rurais, nos sindicatos urbanos e que faziam a formação de lideranças a partir das perspectivas da doutrina social da Igreja e das inovações advindas com o Concílio Vaticano II, fomentadas pelo Regional Nordeste II, do qual faz parte a Arquidiocese de Maceió. Os textos apresentados não esgotam a docu-

mentação disponível ou as possibilidades de formulação de problemas históricos. Muito continua em aberto.

Dito isso, o capítulo do professor *Wellington da Silva Medeiros* historiciza a atuação do Movimento de Educação de Base em Alagoas e como este foi impactado pelo Golpe Civil-Militar de 1964, aprofundando informações sobre a atuação do MEB junto aos sindicatos rurais, espaço estratégico para as ações sociais da Igreja, fortemente visado e combatido pela burguesia usineira e pelos militares.

Os capítulos produzidos por *Irinéia Franco* estabelecem alguns elementos de problematização para futuras pesquisas; primeiro, ao estudar o inquérito policial-militar contra o Pe. Luiz de Oliveira Santos, articulando a documentação do SNI com aquela do ACMM. O caso do Padre Luiz foi identificado pelo professor Fernando Medeiros como exemplar para afirmar a atuação de uma “esquerda católica” em Alagoas. Mesmo sem traçar uma trajetória que esgote a experiência do Padre Luiz, a autora observa, na documentação, as circunstâncias específicas das atividades exercidas pelo sacerdote que foram ao encontro do perfil visado pelos militares e por aqueles contrários às mudanças pastorais da Igreja. No segundo texto, por outro lado, ao narrar as relações entre o Clero e os operários, nas experiências religiosas da paróquia São José de Fernão Velho, de fins dos anos 1940 até a década de 1970, a historiadora destaca as contradições internas e externas à instituição religiosa e as lutas de classe presentes no contexto, em um bairro que recebeu muita atenção de católicos e comunistas, pela forte organização das trabalhadoras e trabalhadores da Fábrica Carmen.

Na mesma linha, mas com uma abordagem da micro-história, a pesquisadora *Séfora Junqueira*, traça um perfil do padre Humberto Cavalcanti, a partir da documentação produzida pelo SNI sobre este sacerdote e outras do ACMM. Os capítulos de Irinéia e Séfora, ao abordarem as trajetórias de Humberto, Salomão, Luiz e outros, se cruzam

nas narrativas trazidas e ajudam a confirmar a hipótese de um perfil de vigilância e das ações pastorais e sociais católicas que mais foram reprimidas pela Ditadura em Alagoas.

Fecha a coletânea, o mestrand *Derllânio Telecio* com texto sobre a atuação das Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio de Pádua, no sertão de Alagoas, entre as décadas de 1960 e 1980. É importantíssimo destacar a atuação das mulheres na Igreja, tanto nas lutas contra o autoritarismo, mas nas ações cotidianas de combate à miséria e às desigualdades de gênero, além daquelas que asseguraram e asseguram as atividades pastorais e religiosas dentro do catolicismo, uma vez que as mulheres ainda são subalternizadas na estrutura eclesiástica.

A produção aqui apresentada contribui, pois, fortemente para o aprimoramento da História do Brasil República, especialmente neste ano de 2024, com a comemoração dos 60 anos do Golpe de 1964. É necessário avançarmos em análises do tempo presente brasileiro, especialmente quando enfrentamos ameaças fascistas e antidemocráticas. É necessário que o Estado brasileiro possibilite a crítica, a justiça e a reparação, a partir do entendimento das memórias e dos fatos traumáticos do período da Ditadura Militar. A função social da disciplina de História e da Universidade pública é esta: produzir conhecimento que seja referência para o debate público qualificado, e contribuir para a construção da sociedade justa e democrática que almejamos.

O título da obra *“Igreja subversiva”*⁶, trazido como uma pergunta, convida as leitoras e leitores a buscarem uma resposta para além do “sim” ou “não”; ou de um “depende”. Segundo Ishaq, Franco

6 Vários documentos do SNI utilizam a expressão “subversão praticada por membros da Igreja Católica”, entre eles ver: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80003560_dooooideoooo6 Informação nº 307/19/AC/74, origem PGR nº 017356, anexo cópia do Relatório Secreto do Procurador Geral da Justiça (4 volumes), difundida para todas as agências no país.



e Sousa (2012, p. 279)⁷, “o Manual de Segurança e Informações produzido pelos órgãos de informação do Governo Militar, em 1971, definiu subversão como: “a forma de guerra irregular que visa minar a estrutura militar, econômica, social, moral e política de um regime”. As “ações subversivas”, segundo o mesmo Manual, “possuíam caráter predominantemente psicológico, buscando conquistar as populações para um movimento político-revolucionário pela destruição das bases fundamentais da comunidade que integram”. Outro documento, segundo os autores, definia o termo como “o emprego planejado de propaganda e de outras ações, principalmente de cunho psicológico, com o objetivo de obter apoio da população para um movimento revolucionário” (Ishaq; Franco; Sousa, 2012, p. 279). A finalidade dessas ações seria a “conquista do poder”. Fazem ainda referência a um outro documento do Ministério do Exército, de 1972, sobre como os militares deveriam agir diante do “inimigo”: “Se o subversivo esboçar reação atirem e atirem para matar. Lembrem-se de que nesta guerra suja não existem maneiras corretas ou erradas de vencer. Existem, somente, vitórias ou mortes” (Ishaq; Franco; Sousa, 2012, p. 281).

Essa concepção é, propositalmente, elástica e brutal o suficiente para ser empregada a diferentes situações, organizações e pessoas e, assim foi feito, durante a Ditadura no Brasil. Podemos afirmar que ainda hoje se perpetua na violência praticada pelo Estado contra as populações pretas periféricas, povos originários e camponeses sem terra. Os/as leitores/as poderão conferir nos capítulos do livro como tal termo fora empregado a respeito dos agentes e movimentos católicos e à luta de classes. “Sim”, “não” ou “depende” não serão respostas satisfatórias. A complexidade das relações e sua variação no tempo e no

7 Na obra: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. A escrita da repressão e da subversão. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

espaço nos esclarecem que a realidade tem muitas nuances que nem sempre são perceptíveis pelos/as sujeitos/as. A “consciência possível” dos católicos e católicas durante o Regime Militar, e da sociedade brasileira, de modo geral, não é unívoca. No entanto, linhas de tendência em disputa pela hegemonia ideológica podem ser observadas, mesmo que entre os discursos e as práticas elas variem.

O termo *subversão*, portanto, fazia parte de um vocabulário do sistema de informações voltado para classificar e identificar os/as tantos/as “inimigos/as” do regime, para fins de combate e extermínio. Se, certos agentes e movimentos da instituição católica foram vistos, por vezes, como subversivos (ou “agitadores da luta de classes”), durante a reabertura política e ao longo dos anos 1980 e 1990, quando as memórias do período ditatorial passaram a ser articuladas e uma historiografia produzida, a pecha de *subversiva/o* – bem ao gosto da dialética – foi reivindicada por alguns setores católicos como um símbolo de valor positivo das lutas e resistências contra o horror da tortura, da violência e da morte causadas pelos militares e seus aliados civis. Inspirados pela vida, luta e poesia de Pedro Casaldáliga (1928-2020)⁸, uma *Igreja subversiva*, nesse caso, poderia soar como um distintivo a ser usado com orgulho, ou um chamamento ainda hoje pertinente para a conversão à causa dos pobres e da classe trabalhadora.

Maceió, 2 de junho de 2024

Por memória, justiça e reparação, Ditadura nunca mais!

⁸ Cf. <https://fperecasaldaliga.org/pt-br/pedro-casaldaliga-a-obra/>



“SE A TFP FOSSE SUBVERSIVA, NAZI-FASCISTA, PERTURBADORA DA ORDEM...”¹: O INTEGRISMO CATÓLICO NA MIRA DO SNI (1975)

Gizele Zanotto

¹ “Se a TFP fosse subversiva, nazi-fascista, perturbara da ordem pública, se ela separasse contra a ordem nacional, filhos dos pais, o que dizer de um bispo que mantém o mais contínuo contato com esta sociedade?” Excerto de correspondência de Dom Antônio de Castro Mayer a Plínio Corrêa de Oliveira, publicado na imprensa em junho de 1975, no contexto do denominado “estrondo publicitário” contra a TFP, na linguagem da entidade. MAYER *apud* JORNAL do Brasil. Bispo faz defesa da TFP. *Jornal do Brasil*. 05 Jun 1975, s/p. Arquivo Público Mineiro. Arquivos da Polícia Política – Pasta 1251 – Tradição, Família e Propriedade.

O “mundo católico” é caracterizado pela sua diversidade de grupos, ordens, movimentos, propostas teológicas e autocompreensões, formas e práticas devocionais. Há séculos, a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), em sua atuação mundial, mantém-se como um universo múltiplo, capaz de agregar a multiplicidade na tão quista unidade. Para além do espectro institucional em si, há ainda que se observar as ações declaradamente católicas de leigos que, propalando a defesa da fé *verdadeira*, mobilizam propostas teológico-políticas e culturais para além do campo institucional.

Nosso foco recairá sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)³¹, entidade civil que se propõe a defender os valores da civilização cristã, do catolicismo tradicional, a partir da tríade que a nomeia. A TFP, fundada em 26 de julho de 1960, na cidade de São Paulo/SP, respondendo ao Estado – eis que institucionalizada como associação civil, de caráter confessional –, é aqui entendida a partir da classificação de “movimento católico”, indicando que se trata de uma entidade declaradamente católica, mas que não integra a estrutura institucional ou segue os representantes da ICAR em sua atuação (Richard, 1982, p. 11). Essa concepção evidencia a vinculação doutrinária dos membros da TFP ao catolicismo sem deixar de contemplar a natureza jurídica independente da instituição eclesial.

No Período Ditatorial da segunda metade do século XX, no Brasil, apesar do apoio inicial da hierarquia católica, via Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), não houve unanimidade entre clero e leigos. O processo de alteração da postura da ICAR, via representantes oficiais (ortodoxia), vislumbrados especialmente na CNBB, não foi tranquilo ou unívoco. A declaração conjunta, assinada por 26

31 Para uma visão panorâmica sobre a entidade no Brasil e sua expansão mundial, ver Zanotto (2012, 2020).

bispos e divulgada em 02 de junho de 1964, fora dedicada aos “graves acontecimentos que modificaram profundamente os rumos da situação nacional”. Essa posição institucional foi alterada progressivamente, sobretudo após a promulgação do Ato Institucional No. 5 (AI-5), que suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, intervenção federal, suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado, cassação de mandatos eletivos, recesso do Congresso Nacional e recesso das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências (Planalto, 13 Dez. 1968). O AI-5 constituiu o acirramento do poder ditatorial e deu amparo a outros atos que institucionalizaram a repressão, o que atingirá inúmeros religiosos e leigos; situação que aprofundou as críticas ao regime e que estabeleceu a contrariedade de parte expressiva da ICAR ao governo militar. Houve defensores religiosos da Ditadura Brasileira e mesmo aos métodos de repressão e “caça” aos comunistas, esquerdistas e ditos terroristas, mas esse grupo foi minoritário³². Em 2014, a CNBB aprovou uma nova declaração, intitulada *Por tempos novos com*

32 Ver, por exemplo, os estudos de Azevedo (2001) e Castro (1985). A criação da Comissão Bipartite, entre representantes do Estado e Igreja, em 1970, também evidencia que, afora dissonâncias e mesmo declarações públicas de uma ou outra parte com críticas, houve tentativas de aproximação e legitimação, por parte do Estado, e, por outro lado, de amenização de conflitos e repressão, por parte da ICAR. Rodrigues (2006, p. 166) aponta que “Para a Ditadura Militar, os canais diplomáticos eram bastante proveitosos: através deles, ela obtinha, senão o apoio, pelo menos a diminuição do impacto dos conflitos com a Igreja Católica. Mas os canais da diplomacia não eram eficazes a ponto de conseguir o consentimento de toda a Igreja brasileira. Não obstante o esforço do Vaticano de colocar núncios no Brasil que tivessem um discurso mais moderado em relação à Ditadura, muitos bispos e padres não os escutavam e continuavam a atacar o regime”. Ver: Gomes (2014), Rodrigues (2006) e Serbin (2001).

liberdade e democracia, admitindo o apoio de setores da Igreja ao Golpe de 1964. Segundo o documento:

Se é verdade que, no início, setores da Igreja apoiaram as movimentações que resultaram na chamada “revolução” com vistas a combater o comunismo, também é verdade que a Igreja não se omitiu diante da repressão tão logo constatou que os métodos usados pelos novos detentores do poder não respeitavam a dignidade da pessoa humana e seus direitos (*apud* Uol Notícias, 02 Abr. 2014).

Quanto à TFP, nem sempre alinhada à perspectiva da CNBB e mesmo do Vaticano, o apoio à Ditadura e ao pretense combate ao comunismo e subversão foi contínuo, embora não unívoco. Em geral, houve endosso ao governo militar, mas, em alguns casos, também houve críticas à diplomacia, “arrefecimento” da repressão aos inimigos da civilização cristã, aproximações com países socialistas, e outras medidas de redistribuição de renda. Neste capítulo, vamos destacar a atuação integrista³³ da TFP no Brasil, especificamente evidenciando o investimento de agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) ao entendimento mais completo da entidade, ante denúncias de de-

33 O integrismo defende o catolicismo integral, impregnando toda a vida da nação, recusando a separação entre profano e sagrado, laico e confessional (Fouilloux, 2001, p. 11). Essa proposta de defesa cristã foi forjada na crise do catolicismo, entre fins do século XIX e início do XX, prostrando-se em defesa da autoridade do texto papal (determinados papas, conservadores) e da Bíblia, zelo militante, contrariedade à modernidade e suas consequências, restauração da Igreja hierárquica, exercício do poder político para fins religiosos (Pierucci, 1999, p. 189). Internamente ao campo católico, o integrismo propugna e atua no sentido de defender a “verdadeira fé”, sua leitura de catolicismo e realidade – e na defesa de uma “depuração” dos que seriam representantes do “erro/mal” também dentro da ICAR. No caso tepepista, o erro é identificado sobretudo na teologia e ação dita progressista, na atualização dogmática e litúrgica, na defesa dos pobres e oprimidos, na análise crítica da doutrina cristã.

sordem pública, treinamentos paramilitares, procedimentos de arrematamento e formação similares ao nazifascismo, alienação de iniciados de suas famílias, fonte e investimento dos recursos. A base da análise se dará com arquivos do SNI, de âmbitos nacional ou estadual, produzidos em 1975 – cotejados eventualmente com dados de outros anos –, tempo em que as mídias se voltaram ao esquadrinhamento e à divulgação da TFP, em função de uma campanha ruidosa antidivorcista, denúncias de genitores de membros, depoimentos de egressos quanto aos “reais” fins e objetivos da entidade.

“A TFP ENFRENTA O ANTI-COMUNISMO EM CONTÍNUA ASCENSÃO”³⁴

A associação civil Tradição, Família e Propriedade (TFP), após sua formalização em 1960 e consolidação da liderança de Plínio Corrêa de Oliveira (1908-1995), dedicou grande parte de seus esforços contra as propostas de reforma agrária em discussão no país (1960 a 1964), contra o projeto de lei de implementação do divórcio (1966), denunciando o que concluem ser uma infiltração comunista nos meios católicos (1968 e 1969), contra o IDOC-C e grupos proféticos (1969). Criticando membros da hierarquia, propostas teológicas, litúrgicas e modos de ação da ICAR, a TFP seguiu firme em suas denúncias, contando com o aval dos bispos de Campos de Goytacazes/RJ, Dom Antônio de Castro Mayer (1904-1991) e de Jacarezinho/PR, Dom Geraldo de Proença Sigaud (1909-1999), além de membros do episcopado de outros países, padres e leigos do Brasil e exterior. Nesse contexto da

34 Subtítulo de obra síntese da atuação das TFPs brasileira e do exterior, ao referir-se aos anos 1970 (Sociedade, [1989], p. 94).



primeira década de atuação, a entidade lançou-se ao público portando estandartes rubros (1965), caracterizando as mobilizações em ruas pelas capas vermelhas dos cooperadores, seus mastros com estandartes e os megafones utilizados para divulgar palavras de ordem, lemas e outras informações. Além das campanhas em si, há que lembrar o investimento dos tefepistas na consolidação da instituição e ampliação de seus recursos e com o aliciamento de sócios, cooperadores, correspondentes e esclarecedores, ou seja, os membros de fato e seus aportes humanos, financeiros e de divulgação pelo país. Organizada em seções e subseções, a TFP foi paulatinamente abrindo sedes nas capitais de vários estados da Federação e subseções nessas ou em outros municípios, criando uma verdadeira rede de apoio, sustentação e difusão.

Quando iniciou a década de 1970, a TFP já tinha ampla atuação nacional, reforçada pelo auxílio das estruturas criadas pelas capitais e interior, e com “capilaridade” suficiente para ousar com outra iniciativa prática, denominada de *caravanas de sócios e cooperadores* que, em períodos de férias escolares, embrenhavam-se pelo interior do país para divulgar publicações, campanhas, coletar assinantes para a revista *Catolicismo*³⁵ e novos sócios, cooperadores ou simpatizantes. Na primeira década de atuação, a TFP também chamou a atenção de prelados e leigos que se aproximaram e a legitimaram, bem como os que a repudiaram pelas posições integristas, acusatórias e persecutórias de um catolicismo mais vinculado ao social, aos pobres e oprimidos, marcante na Igreja brasileira desde o segundo quartel do século XX,

35 O mensário *Catolicismo* foi fundado em 1951, na Diocese de Campos/RJ, sob a autorização do bispo Dom Antônio de Castro Mayer, partícipe dos grupos pré-TFP e que se manteve ativo na defesa e participação na entidade até início da década de 1980. Após o afastamento de Dom Mayer, em relação à Plínio C. de Oliveira e à TFP, a revista foi definitivamente assumida pela entidade como seu órgão oficial e permanece sendo publicada ainda hoje (<https://catolicismo.com.br/>).



sobretudo. Se, por um lado, a posição da TFP parecia mais fortificada, estável, sólida, de outro, observamos efeitos críticos e/ou destruturadores que passaram a também ganhar a cena pública.

Essa exposição pública sobre a TFP inicia ainda em maio de 1970, quando o semanário *Veja* publicou a reportagem “Cavaleiros da Tradição”, matéria que traz informações sobre atividades, campanhas, estrutura, números e outros dados da instituição, dando destaque ao grupo que, na opinião de muitos, seria anacrônico e medievalista; já para outros, um baluarte do anticomunismo no Brasil (Veja, 20 Maio 1970). No mesmo contexto, em outubro daquele ano, Dom Sigaud declara publicamente seu rompimento com a TFP, justificando sua posição pelas divergências e mudanças de postura em relação ao que defendera anteriormente, notadamente sobre a reforma agrária (Cruz, 14 Out. 1970). Embora os temas das reportagens de *Veja* e as declarações de Dom Sigaud tenham tido repercussões na imprensa nacional, a TFP seguiu suas atuações e “esclarecimentos” à opinião pública, especificamente sobre as eleições chilenas, que levaram Salvador Allende ao Palácio do Governo, e rebate às críticas de Dom Eugênio Sales, que alertava os fiéis contra as atividades da entidade – posição rebatida ruidosamente pela TFP em publicações e carta.

A TFP também levou a cabo suas tradicionais atividades, como cursos de formação, conferências e palestras, atendimento a famílias carentes quanto a cuidados médicos, arrecadação para o Natal dos Pobres, visitas a enfermos, serviços de difusão e imprensa, programas radiofônicos, distribuição de boletins, excursões a “lugares exóticos”, cursos de defesa pessoal, teatro amador, projeções de filmes e audiovisuais, coro São Pio X e vigílias. Além disso, lançou mão das caravanas, as quais eram realizadas por jovens – internamente denominados de apóstolos itinerantes – que viajavam país a fora em pequenos grupos, em kombis, vendendo matérias e assinaturas de revistas,

coletando firmas para eventuais abaixo-assinados, visitando escolas e outros locais de agrupamento da juventude, para lá realizarem palestras e fazer convites aos jovens para integrar a TFP. Também atuavam, claro, nas ruas e nos conflitos com transeuntes, opositores ou críticos de sua posição católica conservadora. Essa prática das caravanas ainda se mantém, agora pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), que substituiu a TFP após rupturas derivadas da morte do líder e dos conflitos pelo poder na entidade. O IPCO realiza essas atividades seguindo o modelo anterior, mas não mais com estandartes rubros, os quais foram substituídos por estandartes dourados.

O ano de 1971 foi um ano de investimento do início da produção e divulgação da série *Diálogos Sociais*, material didático voltado ao esclarecimento da população acerca de temas concernentes à propriedade privada e sua função social e à herança. A coleção foi produzida originalmente pela TFP argentina, fundada em 1967, e na década de 1970 passou a ser distribuída também no Brasil, onde teve várias edições. Os opúsculos tiveram como títulos: *Diálogos Sociais n. 1 - A propriedade a privada é um roubo? A propriedade privada: direito sagrado ou privilégio odioso?*; *Diálogos Sociais n. 2 - Devemos trabalhar só para o Estado? A propriedade privada: como pode servir ao bem comum? qual a sua função social?*; e *Diálogos Sociais n. 3 - É anti-social economizar para os filhos? Propriedade privada e classes sociais: servidoras ou inimigas da família.*³⁶ Esse também foi o ano em que a CNBB, por meio de seu Secretariado Geral, se pronunciou publicamente acerca da TFP, em vista dos questionamentos e das posições divergentes de prelados quanto à instituição civil. Em maio, foi publicizada a *Declaração do Secretariado*

36 O material está disponível para download em <https://www.pliniocorreadeoliveira.info/dialogos-sociais-n-1-a-propriedade-a-privada-e-um-roubo-a-propriedade-privada-direito-sagrado-ou-privilegio-odioso> Acesso em: 27 jan. 2024.



Geral à Imprensa, documento também publicado no *Comunicado Mensal* da CNBB. Entre as declarações, o item “A)” versa sobre a TFP. No documento, o autor expressa “respeito as intenções pessoais e íntimas dos dirigentes, membros e simpatizantes da TFP. É óbvio que também reconheço valores (sic) positivos em algumas de suas atitudes e iniciativas” (Secretariado, 1971, p. 32).

Entretanto, o documento enfatiza a necessidade de que a entidade “reexamine sua razão de ser, seus objetivos, seus métodos de ações e os princípios iluminatórios do seu programa” (Secretariado, 1971, p. 32). Por fim, aponta-se que a TFP deveria realizar uma autocrítica ante à contestação pública de documentos aprovados pela CNBB, que poderiam, nessa interpretação, “ser um fator de lamentável desunião e uma escola deformadora da realidade” (Secretariado, 1971, p. 33). O documento finda asseverando que as críticas devem ser fator de ajuda e união para purificar a inegável boa vontade dos tefepistas.

O ano seguinte, 1972, foi de atividade tefepista voltada à atuação político-social e também cultural. No primeiro aspecto, houve a produção de um *Memorial* da chamada Comissão Médica da TFP, discutindo a perniciosidade das práticas abortivas como o Dispositivo Intrauterino (DIU) (Lorenzon, 26 Maio 1975). O documento foi enviado a vários ministros do Estado, membros do episcopado e outras autoridades, reforçando a posição contrária a qualquer tentativa de liberalização do aborto no país. Ainda foi realizado estudo, também enviado a ministros e autoridades, evidenciando prejuízos do *Anteprojeto do Código Civil* quanto às instituições da família e da propriedade privada. Já no âmbito cultural e católico, a TFP voltou-se de modo crítico contra aos Cursilhos de Cristandade, movimento surgido na Espanha na década de 1940 e iniciado no Brasil em 1962 (Gomes, 2009). Na *Carta Pastoral* produzida por Dom Mayer e amplamente difundida pela TFP questionava-se o “movimento [que] se apresen-



tava como capa de operar conversões espetaculares e inesperadas”, infiltrado de posições se não comunistas, “pelo menos não comunistas” (Sociedade, [1989], p. 103).

Com novas críticas à atuação hierárquica e religiosa de membros da ICAR, em 1973, a comissão da CNBB pretende debater a TFP, mas seus membros acabam não se pronunciando sobre a questão, na declaração final de sua Assembleia³⁷. Nesse ano, em razão da visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima ao Brasil, capitaneada pela TFP em seu percurso no país, deu-se ênfase à mensagem fatimista – defendendo-se que um dos seus segredos versaria sobre a implantação do comunismo na Rússia, que pretensamente “espalharia seus erros pelo mundo” – e à divulgação da obra *As aparições e a Mensagem de Fátima conforme os manuscritos da Irmã Lúcia*, de Antonio Borelli Machado, publicação que já contava com inúmeras edições.

Em março de 1974, a TFP enviou mensagem ao cardeal polonês Mindszenty louvando sua recusa de “se dobrar ao comunismo”, situação que o teria destituído do cargo de Arcebispo de Esztergom e Primaz da Hungria e o levado ao exílio. Pouco depois, também em razão do olhar tefepista à situação polonesa em artigos, obras e outras manifestações, Plínio Corrêa de Oliveira foi homenageado pelo governo polonês no exílio, sediado, então, na capital britânica, pela incorporação do país ao bloco socialista capitaneado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no pós-Segunda Guerra Mundial. A Comenda da Grã-Cruz da Ordem da Polônia Restituída, criada em 1921, como a mais alta gratificação para civis, foi-lhe atribuída pelo presidente da República Polonesa no Exílio, Stanislaw Ostrowski, “por seus méritos na luta contra o comunismo e pela causa católica no mundo inteiro” (Bartyzel, 2005, p. 283).

³⁷ Para mais informações, ver Zanotto (2019).

Ainda em 1974, a sede paulista da entidade promoveu importante ato de inauguração de seu auditório, ocasião em que reuniu apoiadores do país e exterior, evidenciando suas relações com autoridades de vários setores. Entre os participantes do ato, encontram-se autoridades como o General Humberto de Souza Melo; o Governador Laudo Natel; um representante do prefeito de São Paulo; o Vice-Presidente da Alesp, Deputado Januário Mantelli; o Desembargador Gentil do Carmo Pinto, presidente do Tribunal de Justiça de SP; o Ministro Ítalo Galli, presidente do Tribunal de Alçada Criminal; Walter Godinho, presidente do Tribunal de Justiça Militar de SP; Ministro Homero Diniz Gonçalves; Deputada Dulce Salles Cunha Braga; e o Embaixador Arruda Botelho. Além de representantes das TFPs de outros países da América Latina (à época, a TFP tinha entidades coirmãs ou parceiras na Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Bolívia, Equador, Peru e Venezuela) e representantes da Tchecoslováquia, China, Croácia, Espanha, Hungria, Letônia, Lituânia, Macedônia, Polônia, Romênia, Ucrânia, Vietnã do Sul e Mônaco (Lorenzon, 26 Maio 1975; Schirmer, 26 Maio 1975).

Esse conjunto de ações – afora as divulgações pagas da entidade, comentários na imprensa que tiveram alguma repercussão pontual – não criou polêmicas de médio ou longo prazo. A situação, porém, era diversa em 1975. Esse ano iniciou com a manifestação de pesar pela instauração de governos comunistas no Vietnã (com o fim da Guerra do Vietnã e a derrota do Vietnã do Sul, apoiado pelos Estados Unidos da América - EUA) e no Camboja (dominada pelo Khmer Vermelho) e com a divulgação da *Carta Pastoral pelo Casamento Indissolúvel*, assinada por Dom Mayer. Nesse mesmo período, visitas a hospitais e enfermos, cursos de defesa pessoal, palestras e conferências, formações e outras atividades ordinárias seguiam seu transcurso.

A mobilização nacional contra a nova proposta de instituição do divórcio no Brasil levou tefepistas a atuarem difusa e frequente-



mente pelo país, gerando reações que, ao contrário do que ocorrera em outros tempos, gerou amplas consequências. Nesse cenário, além de relatos de perturbações à ordem pública, questionamentos sobre a autorização dos tefepistas para ações de rua ante à impossibilidade de outros protestos terem concessão, e de conflitos com transeuntes, houve questionamentos mais profundos que tocaram – segundo relato do advogado sul-rio-grandense Werner Becker, em entrevista à *O Fluminense*, nos dias 18 e 19 de maio de 1975 – em possíveis três crimes: atividade política para além dos partidos (proibido pela lei eleitoral); contrariedade e questionamentos públicos a chefes de Estado do país e de outras nações com quem o Brasil tinha relações diplomáticas; e, finalmente, defesa do regime monárquico (Guazzelli, 2018).

Em meio a esse processo de discussão pública, foi instaurada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (Alergs) uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Embora o tema da TFP estivesse em pauta na Alergs desde meados de maio daquele ano, essa CPI foi instituída somente na sessão de 5 de junho de 1975.

A exposição do tema da TFP, na Assembleia, trouxe ao cenário político e legislativo questionamentos relacionados à entidade, difundindo-se para outros recantos do país, onde líderes e representantes, tanto da Arena quanto do MDB, manifestavam-se com preocupação pela falta de informações sobre os procedimentos da TFP, que, além das questões já apontadas por Werner, também foi acusada de aliciamento e alienação parental, procedimentos nazifascistas, extremismo de direita, fanatização de jovens, medievalismo e formação paramilitar. Em razão da mobilização pública, foram solicitadas aos órgãos de informação e ao Ministro da Justiça informações sobre a associação civil que tocassem em temas como origem, finalidade, estrutura, métodos, atividades e fontes de recursos da entidade, o que gerou a mobilização de agentes do SNI, que, cumprindo despachos, voltaram-se

à avaliação, ao acompanhamento e a registros sobre a TFP (Amaral, 17 Maio 1975; Fagundes, 11 Jun. 1975).

Todavia, mesmo ante tantos questionamentos públicos, a TFP seguiu também as suas denúncias e críticas a prelados, as quais resultaram em documentos públicos, difundidos por matérias pagas pela imprensa de todo país, como *A TFP em legítima defesa: ante uma agressão polêmica e apaixonada, proposta de sereno diálogo* (Maio 1975). Na segunda metade do ano, após reunião do Episcopado paulista em Itaiçi, foi publicado o documento *Não oprimas teu irmão* (Out. 1975), registro esse que se junta a uma série de manifestações públicas, individuais ou coletivas de prelados que, paulatinamente aumentavam a veemência e as críticas à opressão, à violência, à violação dos direitos humanos e às arbitrariedades praticadas pelo governo militar³⁸. Em *Não oprimas teu irmão*, lê-se:

Em nome do Evangelho de Jesus Cristo, nós, os bispos da Igreja deste estado de São Paulo, erguemos nossa voz diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, sequestros, assaltos, e, diante, sobretudo dos graves acontecimentos que vêm estarecendo e inquietando a população de São Paulo. Assistimos, de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam, geralmente, a forma de verdadeiros sequestros; pelo recrudescimento das torturas,

³⁸ Na década de 1970, foram divulgados os documentos: *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, publicado pelo bispo de São Félix do Araguaia (MT), dom Pedro Casaldáliga, em 10 de outubro de 1971; *Testemunho de Paz*. Declaração conjunta do episcopado paulista. Brodósqui (SP), 8 de junho de 1972; *Ouvi os clamores do meu povo*. Documento de bispos e superiores religiosos do Nordeste, 6 de maio de 1973; *Marginalização de um Povo*. Declaração dos bispos do Regional Centro-Oeste. Goiânia, em 6 de maio de 1973; *Y-Juca-Pirama. O Índio, Aquele que Deve Morrer*. Documento publicado por bispos e missionários da Amazônia, em 25 de dezembro de 1973. Sobre o tema, ver: Reis e Soares, 2018 e Reis e Rothen, 2015.

acompanhadas até de mortes; por ameaças públicas e particulares, partindo inclusive, das autoridades (...) manifestamos nosso desejo de colocarmo-nos sempre ao lado dos que estão sofrendo e de caminharmos juntos com todos os grupos e instituições que lutam pelo respeito da pessoa humana em nosso país (*apud* Kopanyshyn, 2015, p. 11; Reis; Soares, 2018, p. 280)

A TFP rapidamente rebateu a manifestação, publicando na imprensa o texto intitulado *Não se iluda, Eminência* (Nov. 1975), “deplorando” a *Declaração de Itaiçi*, como ficou conhecida. A mensagem, assinada pelo presidente Corrêa de Oliveira, afirmava:

A Hierarquia Eclesiástica, na própria medida em que se omite no combate à subversão comunista, vai se isolando no contexto nacional. E nos parece impensável que alguém lhe diga que a subversão é profunda e inalteravelmente impopular entre nós, e que a Hierarquia paulista tanto menos venerada e querida vai ficando, quanto mais bafeja a subversão (*apud* Sociedade, [1989], p. 119)³⁹.

39 Essa mensagem segue a linha discursiva da TFP de que a infiltração comunista está dentro da Igreja e de que, ao invés de defender o bem, a moral, a tradição, os próprios membros da hierarquia aderiram ao erro e ao mal. Tais críticas já eram ponto comum nas mídias nacional e estrangeira, todavia, agora internamente na entidade, em suas sedes e de forma hermética, estava consolidada a contrariedade aos membros da Igreja, não mais tida como portadora da verdade. A instituição teria deixado a “fumaça de Satanás” invadir o templo, considerado como mera *estrutura*, e seus membros não mais representariam a *verdade* da fé. A perfeição, a *verdadeira Igreja*, seria representada pelos *arautos dos últimos tempos*, os tefepistas fiéis, liderados pelo profeta e maior de todos os santos, Plínio Corrêa de Oliveira. Esse, capitaneando sua *família de almas* tefepista, é que garantiria aos puros o acesso vindouro ao Reino de Maria, à salvação. Ver mais sobre a doutrina interna da TFP em Zanotto (2009; 2022).

Atuando de forma policialesca e denunciatória, membros da TFP reforçam a realidade de que também os católicos deveriam ser – e o eram – acompanhados⁴⁰. Não à toa, registros mostram o acompanhamento de católicos durante a Ditadura, realidade apontada por Silveira, ao afirmar “O impacto direto da repressão sobre o clero e o laicato foi imediato e mais ou menos permanente, de modo que a censura atingia diretamente uma parte do episcopado, enquanto teólogos foram forçados ao exílio e inúmeras lideranças leigas foram presas, torturadas e, algumas, assassinadas”. Depreende-se de suas análises um amplo esforço dos aparatos de informação e repressão, com foco na atuação católica. O autor conclui: “Das organizações de base à cúpula, dos setores populares à intelligentsia, os homens da Igreja eram vigiados” (Silveira, 2014, p. 45). Nesse cenário público, atuavam os agentes do SNI na avaliação da TFP, foco deste capítulo e que passamos a discutir.

“PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO AMEAÇA A INCÔMODA TFP”⁴¹

A TFP foi alvo de acompanhamentos de agentes do Sistema Nacional de Investigações (SNI) em várias ocasiões, ora pelas campanhas e repercussões na imprensa, ora por pedidos específicos de averiguação de alguma autoridade. Em nossas pesquisas, observando os relatórios e as juntadas de documentos relativos à entidade – dos Departamen-

⁴⁰ Ver também o Relatório temático das Violações de Direitos Humanos nas Igrejas Cristãs, produzido pela Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014).

⁴¹ Título de reportagem publicada no *Jornal de Minas*, de 15 de junho de 1975. Arquivo Público Mineiro. Arquivos da Polícia Política – Pasta 1251 – Tradição, Família e Propriedade.

tos de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo (Arquivo Público do Estado de São Paulo – APESP), Minas Gerais (online), Paraná (Arquivo Público do Paraná) e Arquivo Nacional (online) –, evidencia-se esse “olhar vigilante”, ao mesmo tempo em que se acessam inúmeros recortes de jornais, materiais da TFP, fotografias, relatórios, e seus devidos encaminhamentos (arquiva-se, informa-se outros setores, solicitam-se providências ou informações, etc.). Nosso foco aqui será o acompanhamento da TFP pelo SNI no ano de 1975, uma vez que houve amplas repercussões das suas campanhas pelo país e a instauração de debates nos plenários de assembleias legislativas, Câmara e Senado Federal. Essa situação, como dito, gerou demandas de investigação ao Ministério da Justiça (MJ), que mantinha sob sua alçada a Divisão de Segurança e Informações (DSI), estrutura complementada com braços como Agência Central (AC), agências regionais e locais, Divisões de Segurança e Informações (DSI), instaladas em cada Ministério civil, além de Assessorias de Segurança e Informação (ASI), criadas em cada órgão público e autarquia federal. Para Gomes (2014, p. 105-106), a DSI:

Não é composta por um acúmulo desordenado de papéis. Apesar de prevalecer, a seu respeito, uma leitura que folcloriza a comunidade de informações, sua atuação foi metódica e sistemática. Os documentos – fruto do trabalho de profissionais especializados – tinha caráter sigiloso e são, em sua maioria, relatórios sintéticos e analíticos, sem autoria definida, que visavam informar sobre a situação dos opositores do regime militar.

Para o autor, a atuação dos agentes e analistas era guiada por elementos basilares como a crença em sua superioridade moral, um arraigado anticomunismo e o discurso contrário à corrupção. Afora as

orientações gerais ao trabalho dos integrantes do SNI, as interpretações derivavam das subjetividades (Gomes, 2014, p. 106). A atividade era de coleta de informações e produção de conclusões, as quais deveriam ser produzidas de modo que “justificassem a perseguição aos adversários” (Gomes, 2014, p. 106). Nas informações, o foco voltava-se aos considerados *subversivos* e a desviantes nas questões morais ou comportamentais. No que refere à interpretação, se instaura uma tendência em alinhá-los a questões políticas e movimentos de esquerda. Nessa linha, afirma Quinalha (2020, p. 1735; 1737):

política e moral são duas faces complementares de um mesmo projeto global de repressão que pode ser designado como “utopia autoritária” (...) É verdade que o sentimento anticomunista foi intensamente mobilizado para caracterizar a subversão moral como um artifício ardiloso do movimento comunista internacional para minar as instituições ocidentais. De acordo com essa ótica, atentar contra a moral e os bons costumes seria menos um fim em si mesmo e mais uma tática insidiosa, no bojo de uma “guerra psicológica adversa” para promover uma revolução anticapitalista por meio do enfraquecimento dos pilares da nossa sociedade: a religião cristã e a família.

A lógica era de suspeição, inculpação, vinculação aos perigos ao governo, ordem e moralidade. Assim, visava-se, ao mesmo tempo, esquadrihar e acompanhar possíveis inimigos, também produzir informações e imputar responsabilidades.

Visando dar retorno sobre as origens da TFP, objetivos, inimigos, recursos, atuação e ideologia, no registro MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75, de caráter confidencial, vemos o investimento dos agentes na busca e na sistematização de informações



sobre a associação. Em 10 de junho de 1975, foi produzido relatório e parecer que trazem dados sobre a fundação, tida como de utilidade pública pelo Decreto Estadual n. 45.132/1965, do estado de São Paulo. Há um arrazoado do estatuto, indicando seus objetivos e seu caráter filantrópico, além das práticas de esclarecimento do público promovidas por publicações. Afora a tentativa de imparcialidade, o produtor do relatório evidencia empatia com as ações da entidade e lista as campanhas realizadas entre os anos 1960 e 1970, contra a reforma agrária, contra o divórcio, contra a infiltração comunista no clero, contra atuação de agentes e organismos internacionais na Igreja, alertando sobre a eleição de Salvador Allende, no Chile. Para o agente, afora o caráter anticomunista, a entidade não age como outras entidades com a mesma bandeira, uma vez que dotada de caráter exclusivista e com formas de atuação “considerada por muitos como espalhafatosa e até mesmo antipática e agressiva” (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75). Na mesma linha, se conclui, em favor da TFP:

Vários incidentes, em diferentes ocasiões, têm-se verificado envolvendo militantes da TFP. Da mesma forma que se pode atribuir à agressividade com que alguns de seus membros abordam as pessoas nas vias públicas, a origem desses incidentes, há que considerar que os membros da Sociedade, em várias oportunidades, têm sofrido provocações, ora de pessoas que antipatizam com a TFP, por motivos puramente doutrinários, ora por elementos que dela discordam, por razões ideológicas (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).

Os recursos que mantêm a entidade derivam de contribuições dos membros e colaboradores, da venda de publicações e de doações. Sobre isso, a entidade publica declaração de utilidade pública informando a possibilidade de as doações realizadas em São Paulo serem deduzidas do Imposto de Renda, o que potencializou a ampliação das doações. Dentre os apoiadores, destacam-se Adolpho Lindenberg⁴², Caio Vidigal Xavier da Silveira, Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira, Celso da Costa Carvalho Vidigal, Fábio Vidigal Xavier da Silveira e Plínio Vidigal Xavier da Silveira⁴³ – empresários da Construtora Adolpho Lindenberg Ltda e do Grupo Mercantil (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).

O documento segue narrando que, a partir do Rio Grande do Sul, foi iniciada uma campanha de âmbito nacional, que adentrou as Assembleias Legislativas de Porto Alegre, Fortaleza e Recife e que engajou tanto políticos do MDB quanto da Arena, “uns aproveitando a oportunidade para aparecer e outros visando atingi-la, por ser uma entidade anticomunista”. Dezesete acusações foram relacionadas à TFP, e, sobre isso, o redator pondera que “a TFP responde com argumentação bastante consistente a cada uma delas” (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75). Delas, três elementos teriam destaque para o agente do SNI, quais sejam: de que se trata de uma organização nazifascista, monarquista e paramilitar.

42 Proprietário da Construtora Adolpho Lindenberg Ltda de São Paulo, primo de Plínio Corrêa de Oliveira. Lindenberg é bastante ativo nas ações da TFP e, mais recentemente, junto ao Instituto Plínio Corrêa de Oliveira.

43 A título de exemplificação, na relação de contribuições à TFP paulista de 1973, que totalizaram Cr\$ 1.165.984,56, os recursos aportados pelos sócios elencados são da seguinte monta: Adolpho Lindenberg (Cr\$ 296.179,91), Caio Vidigal Xavier da Silveira (Cr\$ 12.956,00), Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira (Cr\$ 3.600,00), Celso da Costa Carvalho Vidigal (sem contribuição), Fábio Vidigal Xavier da Silveira (sem contribuição) e Plínio Vidigal Xavier da Silveira (Cr\$ 203.260,21), totalizando 44,25% do montante total de arrecadações (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).

Ele destaca, nesse sentido, que “com essas características a sociedade seria enquadrada como grupo subversivo” (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75). Marcando sua posição de defesa da TFP, o autor do relatório registra:

Quanto à ideologia nazi-fascista não há registros, até a presente data, da atuação doutrinária ou prática que leve à essa conclusão; quanto à propaganda da monarquia também não há registros nem qualquer item do seu estatuto que possibilite aventar essa hipótese; quanto à organização paramilitar, a própria sociedade reconhece que promove cursos de defesa pessoal, seus membros portam armas legais, acompanhadas do respectivo porte de armas e incentiva à prática do paraquedismo, como esporte (...) Em Dez (sic) desse ano, o DOPS/SP constatou que, em ITAQUERA/SP, cerca de 40 militantes praticavam treinamento antiguerilha, sendo apreendidos, na ocasião, revólveres, 1 carabina para tiro ao alvo e munição (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).

A perspectiva do relator é de cotejo entre os Estatutos Sociais e outras evidências para rebater as acusações. Interessante observar que as acusações não se direcionam a identificar a TFP com a ideologia nazifascista, mas sim com as técnicas de aliciamento, fanatização e exclusivismo dos membros que foi prática comum nos movimentos nazifascistas. Essa leitura *direcionada* do agente aponta que sua subjetividade se alinha ao anticomunismo e ao moralismo que imprimiram nas práticas do SNI diretrizes, mas também direcionamentos, como fica evidente no trecho apresentado. Quanto à defesa da monarquia, por óbvio, os Estatutos Sociais não a apresentariam, pois isso iria contra o regime republicano instituído no país, cuja propaganda monarquista era proibi-



da. Afora o discurso tefepista e seu alinhamento aos documentos papais de que as diversas formas de governo são legítimas se visarem ao bem comum, mas que a forma monárquica teria ampla preferência, é fato incontestado que a defesa de valores monárquicos era comum na entidade, como modelo ideal. Desde os anos 1970, pelo menos, há depoimentos de egressos que apontam para práticas e crenças internas que se alinham ao rechaço a toda a Igreja Católica e não somente aos religiosos visados em campanhas públicas. Tais críticas partiam, inclusive, dos religiosos que a defendiam, como Dom Mayer e Dom Sigaud e eram voltadas aos poderes constituídos em países, estados e municípios que considerados progressistas, esquerdistas ou comunistas; à defesa da monarquia; à leitura idiossincrática do catolicismo; à misoginia; à alienação parental; à restrição de contatos com o mundo *extramuros*; a campanhas e à venda de materiais. Todavia, esses registros públicos, mesmo quando anexados, não constam nos textos de pareceres e relatórios da inteligência.

Quanto à ampla divulgação de que a TFP constituía-se em entidade paramilitar, com campos de treinamento antiguerilha, de tiro ao alvo, e com cursos de defesa pessoal realizados em todas as sedes, há depoimentos que indicam propriedades que são sedes de tais práticas, onde, aos finais de semana, grupos de jovens realizavam treinamentos em zonas rurais de Minas Gerais (Guedes *et al.*, 12 Jul. 1975, p. 36 / Arquivo Público Mineiro – Dafe 390/PM2/74), São Paulo (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75) e Rio Grande do Sul (Arquivo Nacional - Documentos do SNI Inf. 119/16/APA/73), o que nos leva a crer que há mais estados em que tal prática era realizada⁴⁴. Há inúmeros registros da prática de karatê,

⁴⁴ A longevidade dos treinamentos é comprovada com reportagem da revista Manchete, de 1982, com fotos de alvos aos quais os treinamentos eram direcionados. O alvo, naquela ocasião, segundo as fotos e segundo o título da reportagem – “TFP: agora o alvo é o papa” – era o pontífice João Paulo II (LIMA, 27 Fev. 1982).

judô, exercícios de rastejo, tiro ao alvo, lutas medievais nos encontros e treinamentos da TFP. Do mesmo modo, a menção ao porte de armas era comum em sedes de capitais, pelo menos, sempre à luz de se estar pronto para ataques de adversários e para exercer o direito de legítima defesa.

Nessa linha, um episódio foi marcante e serviu de justificativa para a ampliação de práticas paramilitares: o ataque à bomba na sede situada na rua Martim Francisco, 665, bairro de Santa Cecília, em São Paulo, em 20 de junho de 1969. O evento foi tornado paradigmático e o local transformado num oratório à Nossa Senhora da Conceição Vítima dos Terroristas – a imagem teria sido danificada com a bomba –, que passou a receber vigílias noturnas diárias por tefepistas e eventuais devotos (Catolicismo, Jun. 1989, p. 14-15). Como paradigma, a explosão foi muito utilizada como exemplo do perigo que os tefepistas correriam ante os “terroristas” e serviu para justificar inúmeras práticas, sobretudo as vinculadas à defesa pessoal e ao armamento de membros.

Nessa linha, em 1974, a TFP conseguiu autorização para o funcionamento de segurança própria. Tal autorização tinha validade anual, o que levou ao pedido de renovação para o ano seguinte, gerando um processo que tramitou na DSI paulista. O pedido foi rejeitado, apesar da crítica de um dos agentes ao parecer da procuradora Marília B. Machado, a qual se posiciona contrária à demanda, que teria jurisprudência específica para instituições de crédito, industriais e comerciais. O posicionamento da procuradora, para esse agente, – seria resultado de essa ser “inocente útil” ou infiltrada, e, sobre isso, ele assevera: “A cassação do registro de segurança própria coloca a sociedade TFP ao desamparo dos atentados e agressões de que vem sendo vítima (...), desautoriza-a junto à opinião pública e menospreza seu trabalho corajoso e coerente de anticomunismo” (Arquivo Nacional - MJ/DSI - Documentos do SNI Inf. 639/75/DSI/MJ). Na avaliação do Delegado

Gil Antonio Ferreira, autor do parecer deliberativo, uma autorização dessa linha iria contra a lei e o pedido poderia colocar em risco à própria segurança interna: “eis que inúmeros pequenos exércitos seriam criados com real insegurança para o Estado” (Arquivo Nacional - MJ/DSI - Documentos do SNI Inf. 639/75/DSI/MJ).

Retomando o processo de investigação quanto às atividades da TFP, o agente segue seu parecer encaminhando-se à defesa irrestrita da entidade, entendendo que a campanha em voga faria parte de um projeto maior, inclusive afirmando que a TFP teria pouco espaço para sua defesa pela imprensa, que dedicaria, todavia, muito espaço às críticas. A TFP teria de defender-se com matérias pagas, o que evidenciaria esse amplo esforço para fragilizá-la. Afirma o relator:

É consenso geral dos órgãos de informações que a TFP está sendo utilizada como ponto de partida, para uma campanha mais ampla e de maior profundidade, cujo objetivo final e decisivo é atingir os demais movimentos e entidades anticomunistas. A desmoralização e a eliminação da TFP facilitaria alcançar esse objetivo. (...) Há que registrar, outrossim, que, afora a possível desmoralização da TFP, a ser obtida pela orquestração propagandista, o pretendido cancelamento da sua condição de utilidade pública poderá retirar-lhe as condições de sobrevivência. Os defensores dessa medida, por outro lado, não demonstram a mesma preocupação com o Instituto BRASIL-URSS⁴⁵, por exemplo, também considerado de utilidade pública (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).

45 Para Shah, o Instituto Cultural Brasil-URSS (ICBURSS) foi criado por cidadãos brasileiros com apoio direto ou indireto do governo socialista. Suas sedes eram locais para ensino e apresentação da língua russa. O primeiro ICBURSS foi criado no Rio de Janeiro, em 1953, e na década de 1980 somavam-se 14 sedes no país (Shah, 2020, p. 737).

Por fim, o agente pró-TFP “julga ser oportuna” uma ação na área política, pelo MJ e pela bancada da Arena, para tentar barrar essa campanha. Do mesmo modo, sugere uma investigação sigilosa pelo DSI/MJ que levante fontes de recursos, e defende que a entidade publique os balancetes e atividades anualmente, conforme exige a lei (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75). No mesmo processo, há outro documento, do Gabinete do Ministro – Assessoria Especial, que traz dados numéricos sobre a associação civil e que reforçam a visão positiva sobre a entidade:

A TFP, ainda que agindo sobre a multidão, não é uma organização para congregar multidões. Por isso, sócios e militantes comam cerca de mil pessoas, apenas.

Os sócios se agrupam em secções e subsecções; os militantes, em núcleos, espalhados por cerca de quarenta municípios, por todos (sic) o país.

Os colaboradores (correspondentes ou esclarecedores) são aproximadamente 980, distribuídos em 420 cidades. 75% desses elementos são jovens, de ambos os sexos e pertencentes a todas as classes sociais.

Sócios e militantes devem professar integralmente a Fé Católica, observar os Mandamentos, frequentar com assiduidade os Sacramentos. É-lhes incutida a devoção à Virgem Maria e deles se exige obediência irrestrita aos papas. Devem ainda possuir acurada formação doutrinária, isenta de todo “progressismo”, e esmerada formação moral. Sócios e militantes se dedicam à sociedade em regime de tempo integral, quando possível (Arquivo Nacional, MJ n. 62.135/75 - Documentos do SNI n. 227/19/AC/75).



Esse olhar laudatório é o tom geral dos cerca de dez processos da primeira metade da década de 1970 que analisamos a partir do acesso ao acervo do Arquivo Nacional, mas que também aparecem em peças do DSI de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Afora as juntadas de anexos revelarem visões críticas, expostas sobretudo na imprensa, para o caso da TFP, os agentes tendem a evidenciar o anticomunismo, o catolicismo, as relações com membros da cúpula militar, empresarial e civil em atividades da entidade e reforçam seu caráter ordeiro e antirrevolucionário.

Conflitos com representantes da Igreja, críticas ao Papa, presidentes e representantes de outros países com os quais o Brasil tem relações diplomáticas foram alvos de indagações ao SNI, todavia, não renderam reprimendas (ao menos não encontramos registros dessa natureza nos documentos que consultamos até o momento). A ICAR, representada no país pela CNBB, discutiu o caso TFP em variadas ocasiões e, sagazmente, pronunciou-se poucas vezes ante o público, acautelando fiéis sobre essa entidade que se autodefine católica, mas que não é parte da estrutura institucional e que faz de qualquer manifestação – favorável ou contrária – estopim de laudação ou aguçamento de polêmicas em sua propaganda⁴⁶.

“SE A TFP FOSSE...”

Neste capítulo, analisamos a atuação político-cultural tefepista no Brasil e a ampla repercussão negativa de suas atividades que levou a entidade à pauta de deputados de vários estados, gerando uma campanha pública que se voltou a divulgar relatos de egressos, familiares

⁴⁶ Ver Zanotto (2019).

de colaboradores, vizinhos, opositores, políticos e religiosos sobre seu conhecimento da TFP. Entre as repercussões, novas solicitações de investigação foram encaminhadas ao Ministério da Justiça, que, via SNI, produziu dossiês sobre atividades, finalidades, recursos, atuação e outros dados da TFP, autoidentificada como entidade civil anticomunista de maior repercussão no país.

Ante denúncias de nazifascismo, monarquismo, alienação parental, entidade paramilitar e perturbação da ordem, a TFP tornou-se alvo de investigações por agentes dedicados a recolher informações e produzir conclusões. Nesse intento, salta aos olhos a recorrência da adesão ao discurso tefepista pelos agentes do SNI, que, mesmo buscando alguma objetividade nos registros, acabam por ser parciais pelo seu alinhamento à política anticomunista e à sua superioridade moral, como ressalta Gomes (2014, p. 106), e acabam produzindo conclusões positivas acerca da associação. Essa simpatia apriorística se consolida, tanto a partir do foco anticomunista da TFP, quanto a partir da constante “denúncia” de religiosos progressistas, esquerdistas e comunistas; da crítica a países socialistas e ateístas; da defesa da família monogâmica; da tradição católica; da proximidade com elites civis, militares e empresariais; e, claro, da defesa do combate à subversão e ao terrorismo, mesmo fazendo uso da força.

Nessa linha apriorística de defesa das atividades da TFP, os agentes do SNI acabam por reforçar a lógica de que “se a TFP fosse” subversiva, terrorista, ilegal, sua atuação no país seria restringida ou mesmo finalizada. “Se a TFP fosse” perturbadora da ordem, alinhada a doutrinas estrangeiras que prejudicassem o país, ela seria um problema. Mas, para a maior parte dos agentes que produziu informações e conclusões sobre a associação, a TFP não é subversiva, não prejudica a ordem e a moralidade, não é nazifascista e não defende a monarquia, portanto, ela deve seguir ativa e mesmo ser apoiada pelo governo militar.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gomes do. 48ª. Sessão Legislativa da 8ª. Legislatura (16 Maio 1975). **Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados**. Ano XXX, n. 45, Brasília, p. 2844, 17 Maio 1975.

ANTOINE, Charles. **O integrismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça**. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2023.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Arquivos da Polícia Política** – DOPS MG - Pasta 1251 – Tradição, Família e Propriedade. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid+1251>. Acesso em: 28 ago. 2016.

AZEVEDO, Dermi. **Igreja e Estado no Brasil**: Colaboração de agentes religiosos com a repressão política do regime de 1964. Orientador: Paulo Sérgio de Moraes Sarmento Pinheiro, 2001. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARTYZEL, Jacek. A “experiência polonesa” no pensamento religioso-social de Plínio Corrêa de Oliveira. *In.*: ASSOCIAÇÃO DOS FUNDADORES DA TFP. **Plínio Corrêa de Oliveira, dez anos depois...** São Paulo: s/e, 2005. p. 259-289.

BRASIL. Relatório: textos temáticos / Violações de Direitos Humanos nas Igrejas Cristãs. v. 2. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. p. 156-200.

CARVALHO, Abdias Vilar de. A Igreja Católica e a questão agrária. *In.*: PAIVA, Vanilda (Org.). **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo, Edições Loyola. 1985. p. 68-103.

CASTRO, Marcos de. **A Igreja e o Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CATOLICISMO. No local do atentado surge um oratório. **Catolicismo**, n. 462, p. 14-15, jun. 1989.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. XIII Assembléia Geral da CNBB – São Paulo – 06 a 15 de fevereiro de 1973 / V. 6. Votação sobre as atividades da TFP. **Comunicado Mensal da CNBB**. No. 245, p. 129-134 / 162-163.

CONFERÊNCIA Nacional dos Bispos do Brasil. Tradição, Família, Propriedade. In: **Pronunciamentos da CNBB 84 - Coletânea – 85**. n.º 35. São Paulo: Paulinas, 1985. p. 35.

CONSELHO Nacional da TFP. Reverente e filial mensagem a Sua Santidade o Papa Paulo VI. 10 de julho de 1968. **Plínio Corrêa de Oliveira**. Disponível em: http://www.pliniocorreadeoliveira.info/1968_212-214_CAT_Reverente_e_filial_mensagem.htm. Acesso em 04 de março de 2017.

CRUZ, José Alberico Souza. **Se fôr assim, sou reacionário**. Entrevista: D. Geraldo de Proença Sigaud. *Veja*, n. 110, p. 03-05, 14 Out. 1970.

DEBALD, Blasius Silvano. A relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro – 1889/1960. **Pleiade**, Foz do Iguaçu, v. 1., n. 1, p. 51-61, jan./jun.2007.

FAGUNDES, Aldo. 57ª. Sessão Legislativa da 8ª. Legislatura (10 Jun. 1975). *Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados*. Ano XXX, n. 59, Brasília, p. 3918, 11 Jun. 1975.

FOUILLOUX, Étienne. Integrismo católico e direitos humanos. In.: ACAT. **Fundamentalismos, integristas**: Uma ameaça aos direitos humanos. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 11-30.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a ditadura militar brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014



GUAZZELLI, Dante Guimaraens. **Entre o direito e a política**: a trajetória de advogados e a causa dos direitos humanos (Rio Grande do Sul/1964-1982). Orientador: Carla Simone Rodeghero, 2018. 386f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

GUEDES, Fernando; SANCHES, Valdir; GOULART, Teresa; GEMAEL, Rosirene. TFP: As escolas da violência. **Manchete**, Rio de Janeiro, Ed. 1212, p. 34-38, 12 Jul. 1975.

KASPARY, Alceu. A sacralização do golpe civil-militar de 1964 em Santa Catarina. In: BATISTELLA, Alessandro (org.). **O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil**. Chapecó: Argos, 2014. p. 189-215.

KOPANYSHYN, Emanuelle. Exército Brasileiro e Igreja Católica: institucionalidade, anticomunismo e conflitos. **Anais [...], Seminário** Internacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unesp, Marília, 1, 2015.

LIMA, Vinicius. TFP: agora o alvo é o Papa. **Manchete**, Rio de Janeiro, Ed. 1558, p. 47-49, 27 Fev. 1982.

LORENZON, Algir. 56ª Sessão, 21 Maio 1975. **Diário da Assembléia – Estado do Rio Grande do Sul**, Ano XXXIII, n. 3.778, p. 341-347, 26 maio 1975.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Minha vida pública**: compilação de relatos autobiográficos de Plínio Corrêa de Oliveira. São Paulo: Artpress, 2015.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: USP, 1999.

PLANALTO. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 15 fev. 2017.

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 03, p. 1727-1755, 2020.

REIS, Egberto Pereira dos; ROTHEN, José Carlos. O regime militar, os direitos humanos e a Igreja (1972-1986). **História e Cultura**, v. 4, n. 3, p. 27-49, dez. 2015.

REIS, Egberto Pereira dos; SOARES, Jorge dos Santos Gomes. A Editora Vozes, a Igreja e o Regime Militar no Brasil. *In.*: CAMPONES, Kelly Cristina (Org). **Teoria e prática da ciência política**. Ponta Grossa: Atena Ed., 2018. p. 269-287.

RICHARD, Pablo. **Morte das Cristandades e Nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da Costa. **Entre a cruz e a espada**: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Vaticano (1964-1977). Orientador: Carlos Fico, 2006. 176f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SCHIRMER, César. 56ª Sessão, 21 Maio 1975. **Diário da Assembléia – Estado do Rio Grande do Sul**, ano XXXIII, n. 3.778, p. 344, 26 maio 1975.

SECRETARIADO GERAL DA CNBB. A respeito da TFP. **Comunicado Mensal da CNBB**, n. 224, p. 31-33, maio 1971.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHAH, Cristina Figueira. O papel dos institutos culturais Brasil-URSS na expansão cultural soviética no Brasil. **Revista X**, v. 15, n. 6, p. 735-753, 2020.

SILVEIRA, Diego Omar da. Das catacumbas: os homens da Igreja e a renovação do catolicismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. *In.*: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* **À sombra das ditaduras**: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014. p. 39-50.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **Um homem, uma obra, uma gesta**: Homenagem das TFP's a Plínio Corrêa de Oliveira. São Paulo: Editora Brasil de Amanhã, [1989].

UOL NOTÍCIAS. **Em declaração, CNBB admite que “setores da Igreja” apoiaram o golpe de 64.** 2014.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/02/em-declaracao-cnbb-admite-que-setores-da-igreja-apoiaram-golpe-de-64.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.

VEJA. Cavaleiros da Tradição. **Veja**, n. 89, p. 30-37, 20 maio 1970.

ZANOTTO, Gizele. Ortodoxias, Heterodoxias: Os tênues limites da religiosidade católica na TFP. *In.*: Artur César Isaia. (Org.). **Crencas, sacralidades e religiosidades**: Entre o consentido e o marginal. Florianópolis/SC: Insular, 2009. p. 103-122.

ZANOTTO, Gizele. Tradição. **Família e Propriedade (TFP)**: as idiossincrasias de um movimento católico no Brasil (1960-1995). Passo Fundo: Méritos, 2022.

ZANOTTO, Gizele. Um olhar panorâmico sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) (1960-1995). *In.*: ZANOTTO, Gizele; COWAN, Benjamin Arthur (Org.). **O pensamento de Plínio Correa de Oliveira e a atuação transnacional da TFP**. Passo Fundo/RS: Acervus, 2020. p. 19-30.

ZANOTTO, Gizele. Vozes dissonantes no catolicismo em tempos de ditadura (1964--1985). *In.*: GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA, Maria Inácia (org.). **Igrejas e ditaduras no mundo lusófono**. Lisboa/Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2019. p. 87-119.



SOBRE OS AUTORES

Anderson da Silva Almeida

É doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2014) onde também fez seu Mestrado (2008-2010) e especializou-se em História Contemporânea (2006-2008). Entre 2002 e 2006 cursou Licenciatura em História pela Universidade Católica do Salvador. Desenvolve pesquisas com foco no período da ditadura civil-militar (1964-1985) com uma abordagem voltada para a História Política e a História do Tempo Presente, como também as relações entre Memória, História Oral, Censura, Música, Folhetos de Cordel e Biografias. No segundo semestre de 2012 realizou estágio de doutorado (Bolsa CAPES) como pesquisador visitante do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa/ ICS-UL. Entre 2014 e 2018 atuou como membro da Comissão do Prêmio Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas atuando na Graduação e Pós-Graduação.

Derllânio Telecio da Silva

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), especialização em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade da Região Serrana (FARESE), além de ser especialista em Docência Para Educação Profissional e Tecnológica (DOCENTEPT) pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM). Atualmente, é mestrando em História pela PPGH (UFAL) e membro do Laboratório de História e Estudo das Religiões (LHiER). Tem experiência nas áreas de História das Religiões e pesquisa especificamente temas referentes a organizações católicas no sertão de Alagoas.

Diego Omar da Silveira

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e mestre em História pela Universidade Federal de Ouro



Preto (Ufop). É professor adjunto da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Presidiu a Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR), entre 2019 e 2021, e coordenou a Regional Norte dessa mesma Associação, entre 2016 e 2018. Atualmente, é presidente da Seção Amazonas da Associação Nacional de História (ANPUH) no biênio 2022-2024. É membro da Rede de Pesquisa: História e Catolicismo no mundo contemporâneo, do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES) e do Laboratório de Estudos Panamazônico – Práticas de Pesquisa e Intervenção Social (LEPAPIS).

Gizele Zanotto

Graduada em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestra e doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003 e 2007) e pós-doutora pela Universidad de Buenos Aires (2014). É professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UPF (2021-) e do curso de especialização em História e Gestão de Acervos na mesma instituição. É ainda coordenadora do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC), do Laboratório de Estudos das Crenças (LEC-PPGH), da Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (REPAC) e do Arquivo Histórico Regional (AHR). Membro do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). Foi vice presidente da ANPUH-RS (Gestão 2018-2020). Membro fundador da Rede de Pesquisa “História e Catolicismos no Mundo Contemporâneo” e investigadora associada da “Red Historia del Catolicismo en América Latina siglo XX”, da Rede de Pesquisa “Direitas, História e Memória” (<http://direitashistoria.net/>). Membro cooperador de Civitas - Forum of Archives and Research on Christian Democracy (<https://civitas-farcd.eu>). Associada a ANPUH, ABHR, ACSRM, ABEC.

Irinéia Maria Franco dos Santos

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), em 2012. Professora nos Cursos de graduação e pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. Líder do LHiER - Laboratório de História e Estudo das Religiões, ICHCA-UFAL; pesquisadora associada à Rede História e Catolicismo no Mundo Contemporâneo e à Associação Brasileira de História das Religiões. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2018. Autora dos livros: *O Axé Nunca se quebra: transformações históricas em religiões afro-brasileiras, São Paulo e Maceió (1970-2000)*, Edufal, 2014, 2 edição, 2023; *A Caverna do Diabo e outras histórias: ensaios de história social das religiões (Alagoas, séculos XIX e XX)*, Edufal, 2016; *Imprensa Católica na Primeira República: uma história social do hebdomadário A Fé Christã (Penedo, Alagoas)*, Edufal, 2019 e “(Re)Encontro com as lutas e perspectivas da Teologia da Libertação em tempos de autoritarismo e pandemia”, Olyver, 2021. Organizou junto com o prof. Dr. Pedro Lima Vasconcellos a coletânea “Dinâmicas religiosas na História: perspectivas socioculturais e políticas em debate”, CRV, 2022. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: história social das religiões, religiões afro-brasileiras, cultura afro-brasileira, catolicismo, teoria e metodologia de História.

Jessie Jane Vieira de Sousa

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1986), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1992), doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997) e pós-doutorado pelo Instituto de Desarrollo Económico y Social (2008). Atualmente é Permanente da Universi-

dade Federal do Rio de Janeiro, Membro de corpo editorial da Revista *Ágora*, Membro de corpo editorial da Revista da Anistia Política no Brasil, Membro de corpo editorial da *Passagens- Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* e Membro de corpo editorial da Revista *Perspectiva Histórica*. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea. Atuando principalmente nos seguintes temas: estado, Igreja Católica, catolicismo social, religião, sindicatos e trabalho.

Matheus Nunes Mathias

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre e graduado (licenciatura) em História, pela mesma instituição. É vinculado ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF) e ao EUROPA: Núcleo de Estudos em História Moderna e Contemporânea. Tem experiência de pesquisa em estudos sobre a Ditadura Civil-Militar Brasileira, memória, direitas e Igreja Católica.

Paulo César Gomes

Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período de estágio *no Institut des hautes études de l'Amérique latine* (IHEAL/Universidade Paris 3). É autor dos livros “Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem” e “Liberdade vigiada: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês”. É fundador e coordenador do site de divulgação científica História da Ditadura (www.historiadaditadura.com.br).

Séfora Junqueira dos Santos

Graduada em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Itajubá, Minas Gerais (1988), em Direito pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió, Alagoas (2003) e em História pela Universidade Federal de Alagoas (2023). É Especialista em Redes e Bancos de Dados pela Universidade Federal da Paraíba (1998), Gestão Empresarial com ênfase em Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas (2006) e Direito Público pela Universidade Anhanguera-UNIDERP (2016). É Mestra em Modelagem Computacional de Conhecimento pelo Departamento de Computação da Universidade Federal de Alagoas, com pesquisas nas áreas de Apoio à Tomada de Decisão e Inteligência Artificial e Direito (2008) Foi engenheira do Colégio Santa Úrsula (1995 a 2015), Juiz Vogal da Junta Comercial do Estado de Alagoas (2007 a 2014), professora das disciplinas Métodos Adequados de Resolução de Conflitos, Direito Constitucional, História do Direito Brasileiro, Direito de Empresa, Ciência Política, Sociologia Jurídica, Economia Política, Ética Jurídica e Profissional (Deontologia) do Curso de Direito e das disciplinas Engenharia Sustentável e Bases Matemáticas para Engenharia do Curso de Engenharia Civil da Faculdade Estácio de Alagoas (2005 a 2020) e professora local da disciplina de Liderança e Inovação no curso de Pós-graduação em Administração da FGV/FAN (2010). Foi professora convidada de Mediação e Arbitragem da Escola Superior de Magistratura de Alagoas. Foi Multiplicadora do Programa de Mediação e Arbitragem do Programa BIRD/CACB/SEBRAE. Foi Diretora Jurídica e Superintendente da Câmara de Mediação e Arbitragem de Alagoas. Faz parte do corpo de Especialistas em Mediação e Arbitragem da Câmara de Mediação e Arbitragem de Alagoas desde a instalação da Câmara. Tem experiência nas áreas de Engenharia, Computação, Direito Empresarial e Constitucional e Métodos Adequados de Resolução de Conflitos (mediação e arbitragem).

Sérgio Ricardo Coutinho dos Santos

Possui graduação (1987-1992) e mestrado (1992-1995) em História pela Universidade de Brasília (UnB). Doutor (2015) em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é docente do Departamento de História da UPIS - Faculdades Integradas (DF) ministrando as disciplinas “Introdução aos Estudos Históricos” e “História do Brasil Contemporâneo”. Dirige uma Micro Empresa chamada “Kairós: serviços em História Pública”. Kairós é uma empresa engajada em tornar o conhecimento histórico acessível e envolvendo o público no processo social de “fazer-história”. Kairós quer buscar, criar e sustentar uma cultura histórica, como também fomentar práticas sociais compromissadas com a preservação da memória. É também docente no Curso de Teologia do Instituto São Boaventura (ISB) dos Franciscanos Conventuais de Brasília, ministrando as disciplinas de História da Igreja. Foi docente-substituto no Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), ministrando as disciplinas “História Social e Política do Brasil”, “Cultura Brasileira”, “Introdução aos Estudos Históricos” e “Prática de Pesquisa em História”. Foi docente no Curso de Serviço Social do Centro Universitário IESB (DF) ministrando disciplinas da área de História: “Formação Política e Econômica do Brasil”, “Classes e Movimentos Sociais no Brasil” e “Estudos de Territórios Urbanos e Rurais no Brasil” (2011-2020). Foi assessor na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (2005-2014). Foi pesquisador e coordenador do Centro “Memória e Caminhada das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil” na Universidade Católica de Brasília (UCB) e docente ministrando as disciplinas de “Ciência da Religião” e “Antropologia da Religião” (2000-2009). Foi docente do Departamento de História do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) ministrando as disciplinas de “História do Brasil 3”, “História da América 3” e de

“História Contemporânea 3” (1996-1999). Tem experiência também na área de Teologia, com ênfase em História do Cristianismo, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Igreja no Brasil contemporâneo, Concílio Vaticano II e Comunidades Eclesiais de Base. Foi presidente do Centro de Estudos em História da Igreja na América Latina (CEHILA-Brasil) (gestão 2010-2015).

Wellington da Silva Medeiros

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPHR/UFRJ. Atualmente, é professor na Secretaria de Estado da Educação de Alagoas e membro do Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais (NECAP/UFRRJ) e do LHiER - Laboratório de História e Estudo das Religiões, ICHCA-Ufal.

Ythalo do Amaral Medeiros Lisboa

Graduação em andamento no curso História Bacharelado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Núcleo Escravidão e Sociedade na Época Moderna (NESEM), atuando como bolsista no Projeto de Iniciação a Pesquisa (PIBIC) “Controle, Polícia e Gente Negra na Alagoas Oitocentista”. Voluntário do projeto de pesquisa “Agentes e movimentos católicos alagoanos nos arquivos de Serviço Nacional de Informação (SNI) 1964-1979” do Laboratório de História e Estudo das Religiões (LHiER).

A Edufal não se responsabiliza por possíveis erros relacionados
às revisões ortográficas e de normalização (ABNT).
Elas são de inteira responsabilidade dos/as autores/as.



Histórias

ISBN 978-65-5624-290-3

